

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO



2

BOLÍVIA
COLÔMBIA
EQUADOR
PERU
VENEZUELA



EDITORA

UnB

“Há uma história interna das coisas que nem sempre se correlaciona bem com a lógica do mundo.” A afirmação é de René Zavaleta Mercado, um dos analistas deste segundo volume da série **América Latina: história de meio Século**, ao discorrer sobre a situação vivida na Bolívia durante o período de 1932 a 1975. Este segundo volume traz também estudos sobre o período de 1925 a 1975 dos quatro países que, juntamente com a Bolívia, compõem o chamado grupo “andino” (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

A afirmação feita por Zavaleta Mercado, assentada na falta de lógica e cooperação da comunidade boliviana, pode ser estendida aos demais países andinos, que não conseguiram superar suas dificuldades internas e alcançar **status** de bem-estar para seus povos. Devido a este aspecto idiossincrático, o panorama histórico desses países, repetido alternadamente, é bastante semelhante: luta das classes populares contra as oligarquias que detêm o poder, primordialmente por meio de intervenção militar.

É nesta ambiência política, que permite às nações imperialistas ditar o dia-a-dia dos povos andinos, que se consumam as guerras civis e os golpes militares. Tamanha instabilidade se reflete na inquietação com a ordem interna e com a militarização do Estado destes povos que, embora vizinhos, ainda não se descobriram.

FLÁVIO CASTRO

**AMÉRICA LATINA:
História de meio século:**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Cristovam Buarque
Vice-reitor: João Cláudio Todorov

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

José Caruso Moresco Danni — presidente
José Walter Bautista Vidal
Luiz Fernando Gouvêa Labouriau
Murilo Bastos da Cunha
Odilon Ribeiro Coutinho
Paulo Espírito Santo Saraiva
Ruy Mauro de Araújo Marini
Timothy Martin Mulholland
Vladimir Carvalho
Wilson Ferreira Hargreaves

Coordenação da Coleção “Pensamento Latino-Americano e Caribenho”

Geralda Dias Aparecida
Ruy Mauro Marini
Vitor de Paes Leonardi

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO

Volume 2

Pablo González Casanova (org.)

René Zavaleta Mercado

Antonio García

Agustín Cueva

Julio Cotler

D. F. Maza Zavala

Tradução: Marcos Bagno (Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela)
Alberto de los Santos (Equador)

Este livro ou parte dele não pode
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização
escrita do reitor.

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário - Asa Norte
70910 - Brasília, Distrito Federal

Título original:

América Latina: história de médio século
Copyright 1977 by Siglo XXI Editores, S.A.

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

Equipe Editorial:

Esmeraldino Henrique da Silva
Patrícia Maria Silva de Assis
Thelma Rosane P. de Souza

Arte Final:

Valperino Andrade

Supervisão gráfica:

Antonio Batista Filho

Capa:

Nanche Las Casas

ISBN

85-230-0257 - x

Ficha Catalográfica

elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

A512L América Latina: história de meio século/ Pablo
González Casanova, org.; [colaboradores]
René Zavaleta Mercado ... [et al.]; tradução
de Marcos Bagno e Alberto de los Santos.
— Brasília : Editora Universidade de Brasília,
c1988.

337 p. (Coleção pensamento-latino-ame-
ricano e caribenho ; 2)

Título original: America Latina : história de
medio siglo.

970/980 (7/8 = 4)

González Casanova, Pablo, org.

Mercado, René Zavaleta, colab.

Bagno, Marcos, trad.

Santos, Alberto de los, trad.

série

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
1. Considerações gerais sobre a história da Bolívia (1932-1971). <i>René Zavaleta Mercado</i>	15
2. Colômbia: meio século de história contemporânea	75
<i>Antonio García</i>	
3. Equador: 1925-1975	133
<i>Agustín Cueva</i>	
4. Peru: estado oligárquico e reformismo militar	175
<i>Julio Cotler</i>	
5. História de meio século na Venezuela: 1926-1975	233
<i>D. F. Maza Zavala</i>	

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A HISTÓRIA DA BOLÍVIA (1932-1971)

René Zavaleta Mercado

O amor, o poder, a guerra. Nisso consiste a verdade da vida. Pois bem, foi no Chaco, lugar sem vida, que a Bolívia foi perguntar em que consistia sua vida. Aqui, onde mesmo os arbustos se contorcem como se a secura se houvesse transformado em dor, é onde se deu a guerra, ponto de partida do período que analisaremos, mas também de toda a Bolívia moderna. Boquerón, Nana-wa, Picuiba, Kilómetro 7, Caada Strongest deixam de ser topônimos inertes; agora contêm seus próprios mortos. Nomes vivos para todo o mundo. É como se ali, e somente ali, a história tivesse perdido sua própria rotina, e não há dúvida de que então, somente então, os bolivianos aprenderam que o poder é algo por que se deve matar e morrer.

I. A MEMÓRIA HISTÓRICA

A guerra, desde cedo, era evitável. Qualquer que fosse o grau de variação dos motivos alegados pelas partes, não importa o grau de gravidade dos incidentes anteriores à guerra. De qualquer forma, parece evidente que teria sido possível chegar-se a uma solução diplomática. É uma má política de Estado pensar que a única saída para tudo é a imposição total do princípio que alguém sozinho sustenta. Por que, com efeito, os dois países mais pobres da região tinham de se lançar a uma tal aventura? Era como se a sentissem como uma obrigação para consigo mesmos, talvez porque supunham que a única solução lhes restava era sua honra. A negociação era o que pedia a lógica, mas não eram lógicos os homens que deviam pensar na negociação. A diplomacia teria sido possível, mas somente se se tratasse de países não submetidos a semelhantes pressões emocionais, acumuladas e jamais racionalizadas. Nisso, que parece quase a vontade, um pouco niilista e misteriosa, de destruir-se, talvez onde haja que tentar buscar uma explicação não seja no raciocínio coetâneo aos acontecimentos, mas sim na carga que o condicionava, isto é, no fundo histórico dos dois países. Além do mais, por acaso não é verdade que tinha sido Assunção o centro da colonização do Rio da Prata inteiro e depois, no tempo republicano, logo o Paraguai, um país modesto mas também progressista e harmônico, comparável nisso ao Chile de então, mas de uma maneira talvez mais salutar? Há nisto um desencontro. Os historiadores vêem os países a partir da perspectiva do presente e não erram ao fazê-lo porque a coisa se conhece em seu arremate; cada país, porém, se vê a si mesmo com os olhos de sua memória. Que o país como tal estanque seu conhecimento num momento de seu pas-

sado ou que o mistifique carece de importância substancial, porque aqui o que importa é aquilo que ele é. O componente da memória coletiva na ideologia é, sem dúvida, algo mais importante do que se supõe comumente.

Outro tanto ocorre quando se pensa no vice-reino do Rio da Prata, em teoria o marco de referência ao qual devia remeter-se a Bolívia quanto a suas origens políticas. Costuma dar-se por assentado que o centro do vice-reino esteve sempre em Buenos Aires. O certo, no entanto, é que não foi Charcas que se constituiu em relação ao vice-reino, mas sim o vice-reino que se constituiu fundando-se em Charcas. O vice-reino do Peru esteve formado por duas audiências e a de Charcas reunia os atuais Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Já no vice-reino, quando se cria outra audiência em Buenos Aires, na de Charcas permanecem a metade das províncias e a maior parte da população. A região inteira, ademais, vive de Potos e em relação a ele.

II. DECADÊNCIA DE CHARCAS E DO PARAGUAI

Trata-se, portanto, em ambos os casos, de países cuja importância relativa na zona não havia feito mais que decrescer continuamente. Na substituição de uma economia de estanco, assentada nos centros interiores como derivação da avidez pelos metais preciosos, por uma economia assentada na periferia comercial dos portos, a serviço da fase expansiva do comércio inglês, ambos os países viram-se prejudicados pela nova ordem de colocação da economia da América do Sul.

O Paraguai, pelo que se sabe, embora com um conhecimento envolto pelas exultações, era sem dúvida um dos centros mais interessantes em meio aos que giravam em torno da economia de Potos. Ao separar-se das Províncias Unidas (ou da Confederação, como teria preferido dizer Francia), era sem dúvida uma província mais povoada que as demais, consideradas de modo individual. Era um país construído sob a modalidade das missões dos jesuítas e, portanto, o peso de um setor latifundiário senhorial era aqui insignificante ao passo que o domínio de princípio sobre a terra não tardou a corresponder ao Estado. Os ditadores — Francia e os López — ratificaram o estatuto que vinha dos jesuítas e o desenvolveram a sua maneira, com o que criaram uma república despótica e paternalista, mas também mais igualitária. As notícias que se tem do país anterior à guerra da Tríplice Aliança falam de um certo bem-estar na vida das gentes, de um analfabetismo em todo caso mais baixo que em qualquer parte do subcontinente, e sabe-se que o Paraguai esteve entre os primeiros países que tiveram estradas de ferro, o primeiro a ter estaleiros e sua própria indústria militar. Tudo isso tem de se reduzir, como é natural, às proporções de um país pequeno e isolado. Era, ao mesmo tempo, um país que havia sido clausurado pelos ditadores não só para toda gente estranha mas também para o comércio inglês. Os avatares da abertura do comércio paraguaio são os que fizeram com

que as novas capitais do comércio dos ingleses na região, Buenos Aires, Rio de Janeiro e Montevidéu, organizassem a guerra da Tríplice Aliança, saqueassem o país e produzissem uma espécie de catástrofe demográfica particular da qual o Paraguai jamais se recuperou.

A história da Bolívia do século XIX é diferente, mas só para chegar a um ponto semelhante. Como país mesmo, ela é resultado de dois fatos: da crise do azougue, que era resultado do bloqueio inglês de Bonaparte, e da feroz guerra das republiquetas ou facções (as guerrilhas, que abarcaram todo o país), que durou quinze anos, entre 1809 e 1824. Com a crise do azougue, a economia de Potos, que já estava em decadência, acabou de arruinar-se, e o próprio vice-reino, que se havia organizado em torno do Potos, perdeu nexos concretos com as províncias ditas altas; e a violência da guerra, fundamentalmente, fez com que os governantes portenhos, com Rivadavia à frente (aliás, toda a história da Argentina no século XIX e talvez algo mais não foi senão o desenvolvimento das idéias europeístas e racistas de Rivadavia), vissem como algo indesejável sua permanência (das chamadas Províncias Altas) como parte da Confederação. Eram, por certo, províncias que, com mais população que as demais, não podiam senão potencializar as do Norte que, por outro lado, somente se reduziram ao poderio de Buenos Aires na segunda metade do século.

Bolívar, como o prova sua correspondência com Sucre, não podia compreender como a mesma capital — Buenos Aires — que havia mostrado um tão grande desinteresse por estas províncias que, entretanto, eram as que guardavam a fronteira independente do resto do vice-reino, mostrasse, ao mesmo tempo, um interesse quase apaixonado por sua separação. Em suma, Alvear, em nome de Buenos Aires, negociou com Bolívar para o que se chamou finalmente de colônia do Alto Peru (Charcas, a rigor) não fizesse parte das Províncias Unidas. Isso contrariava o propósito do país que havia recebido Sucre com a bandeira azul e branca de Belgrano; mas Bolívar, ditador do Peru, ou seja, de um lugar que nunca perdera seu odor hispanófilo, sentiu então talvez pela primeira vez seu grão-colombianismo e decretou (veja-se, outra vez, a correspondência) que era indesejável a formação de um enorme país fronteiriço com a Grã-Colômbia como o que seria fruto da união do Alto e do Baixo Peru. Mas era algo que ninguém queria, e se Buenos Aires, que ao fim e ao cabo havia sido um poderoso centro revolucionário, via com receio o gênio desacatado das facções alto-peruanas, Lima já tinha sido, com dinheiro, armas e sentimentos, o lugar a partir do qual eram perseguidas. Lima era portanto, na prática, uma terra tornada independente contra a sua vontade, e o Alto Peru, isto é, Charcas, com a oligarquia dos azougueiros arruinada e com cem republiquetas instaladas na violência de um geografia invencível, constituídas por uma sorte de democracia direta de guerra e dotadas de logística autônoma, era um conjunto político-territorial sem núcleo hegemônico, incapaz de resolver por si só a questão de seu poder político. Os mesmos alto-peruanos que com paz de consciên-

cia haviam erguido a bandeira de Belgrano à chegada do exército de Bolívar, tiveram de resignar-se, não sem certa perplexidade, a serem um país independente.

III. DUPLO CARÁTER DO PAÍS

Ainda assim, os próprios fatos poderiam tê-los advertido (se tivessem sido homens prudentes, mas a classe dominante só tem homens prudentes no momento de sua glória, isto é, em sua recente dominação) de que algo estava mudando no que eles pensavam como a natureza das coisas. Com isto talvez queiramos justificar, mas *a contrarii*, o certo orgulho ou injustificada segurança de si mesma com que nascia esta república, destinada todavia a sofrer todas as inseguranças do mundo. Mas era uma segurança que não lhe vinha de si mesma e nisso devemos ver uma paranóia que se repetirá depois (se é verdade que a paranóia contém uma ruptura entre a inteligência das coisas e a sensibilidade das coisas). As próprias facções ou republiquetas (elas chamavam a si mesmas de *facción* ou *montonera*; os espanhóis chamavam-nas *republiquetas*) estavam mostrando uma inexplicável e às vezes atroz capacidade de resistência (posto que nunca foram vencidas por ninguém), mas também o caráter centrífugo do poder que preparavam (o que explica o apelido de republiquetas). Muito depois, Tamayo verá nisto a aplicação do caráter indígena a seu condicionamento alheio¹. Num outro conceito, pois ali o chefe era nomeado pelos combatentes e a logística é dada pelos índios, posto que a própria existência da facção significa, pela via de fato (embora não por sua aceitação como legalidade), que os patrões não ingressam nas possessões dos patrões, trata-se de uma guerra de massas com todas as características das guerras camponesas clássicas: grande resistência, baixa capacidade de vitória. Para os aficcionados das comparações — Toynbee por exemplo —, as semelhanças entre a formação da guerra tupamara e a de Münzer serão sempre a de uma aproximação inexplicável. Isso se herdará na república e tornar-se-á uma espécie de caráter da nação. Será um país com uma grande capacidade militar em suas massas, invencível sempre no que Tamayo chamará seu *home* central, mas também, reproduzindo algumas das limitações do poder político incaico, um Estado incapaz de empreender guerras exitosas fora de tal habitat. Será, por outro lado, herança da facção, dos hábitos democráticos instalados nas massas, a pátria do que Arguedas denominará “caudilhos bárbaros” e a “plebe em ação”. Pode explicar-se aqui a grande distância que há entre dois países, contudo semelhantes, como o Peru e a Bolívia. É aqui que se encontram as marcas distintivas da natureza social do país.

1. Veja-se *La creación de la pedagogía nacional*, La Paz.

IV. ORGULHO DE CHARCAS

A catástrofe da prata punha fim à oligarquia dos azougueiros e isso significava que era um país que nascia isolado do mundo, de um mundo que, por outro lado, este país tinha feito nascer. Será, por conseguinte, um Estado fraco que terá de viver quase até o fim do século XIX (pelo menos até o quarto final deste século) das contribuições indígenas, o que significa que será um Estado em guerra perpétua com sua própria população.

Os doutores de Charcas, que foram os recipientes da independência, não pensavam, no entanto, em nada disso. Pensavam na glória de Potos, em seu esplendor; sentiam-se como um centro das coisas, não se convenciam por razão nenhuma de que haviam sido postos de lado, sequer quando os portenhos lho diziam na voz mais alta possível por meio de Alvear ou de Anchorena ou de quantos haviam tratado da questão. A vaidade com que Charcas pensou na independência, sua presunção e auto-adoração só pode explicar-se como a patologia de uma classe superior que jamais havia trabalhado, que se havia acostumado a ser um eixo das coisas sem se perguntar por quê. A prata de Potos e a servidão dos índios deixaram o país enfermo, e o que se podia pensar como sua contraparte humana não tinha capacidade de concretizar-se como poder por parte alguma.

V. PROJETO DE SANTA CRUZ

Tal ênfase, pois é uma ênfase a consciência postergada ou crer no que não mais existe, se manifesta bastante bem no primeiro poder político “boliviano” que existe, com Santa Cruz, logo que se retiram os colombianos. Na conformação de seu mito estão a linha de sua estirpe, que falava por si mesma de uma reminiscência do Império dos incas (pois era um Calahumana) num momento em que, como o prova o monarquismo de Belgrano, isso exercia certa atração, o fato de pertencer à casta clássica da dominação local e os conseqüentes hábitos naturais do mando, mas somados a uma boa carreira militar e a um precoce gênio administrativo. Mas uma coisa é o mito *a posteriori* de Santa Cruz e outra o que Santa Cruz pensava como projeto de si mesmo para a terra sua. Aqui o que se tentava fundamentalmente era a reconstrução oligárquica da “zona clássica das agitações”, como a chamou Moreno, que se havia feito democrático e plebeísta nas emergências bárbaras de uma guerra que parecia não ter fim. Com um projeto conservador no seu âmago, para suprimir o hábito democrático das massas, o restaurador no princípio, restaurador inclusive das modalidades comerciais do monopólio espanhol, Santa Cruz toma o Peru a partir de dentro, dando um projeto nacional a um país que não o tinha, e tenta fazer o mesmo com as províncias do norte argentino. Há nisto, sem dúvida, embora se tenha querido ver aí uma tentativa de restauração

do Império inca, antes a restauração de um eixo perdido, a aplicação do centralismo de províncias — Charcas — que tinham deixado de ser centrais. Portales e Rosas, cujos próprios projetos nacionais se parecem em mais de um aspecto ao do próprio Santa Cruz, destroem esta tendência fundada numa representação obsoleta das coisas e por isso, na derrota de Santa Cruz, deve-se ver a imposição do novo eixo econômico, que passava por Valparaíso e Buenos Aires, sobre o velho centro de Charcas-Potos; mas, além disso, aqui se inicia a política de clausura do país boliviano, clausura esta que só terá sua conclusão geográfica definitiva com a guerra do Pacífico.

É certo que Santa Cruz mesmo desertou de suas ilusões protecionistas e seguiu uma política pró-inglesa e livre-cambista na segunda fase de seu governo, no próprio Protetorado; os ingleses, porém (embora Palmersten e quase todas as personagens da época tivessem um grande respeito por este homem coerente em meio a um carnaval de libertinos), não tinham por que preferir um governo que quase não tinha mais que oferecer além da personalidade de seu chefe, frente aos novos mercados abertos pelo trigo do Chile e pelos couros e carnes secas do Rio da Prata. Os chilenos, na guerra do Pacífico, que se levou a cabo para compensar os declínios do comércio exterior do Chile com a entrega do guano e do salitre a John North, não fizeram mais que prosseguir as características desta imposição ditada pela nova maneira comercial do mundo, completando o enclausuramento da Bolívia em suas altas montanhas, que eram como o símbolo de seu enclausuramento histórico. Era o comércio capitalista em forma, impondo-se de maneira decidida a uma região pré-capitalista em seu conjunto, incapaz para os novos tempos.

VI. ADMIRAÇÃO DO PARAGUAI E DA BOLÍVIA POR SEUS VENCEDORES

Nem o modelo despótico-nacional do Paraguai dos grandes ditadores, nem o jamais resolvido sistema de classes, castas, regiões e modos de produção desarticulados entre si da Bolívia podiam, com a guerra da Tríplice Aliança ou sem ela, com Yungay e guerra do Pacífico ou sem eles, avançar rumo à constituição de países capitalistas modernos, sequer nos moldes do Chile de então, que constituiu de fato uma democracia burguesa dentro de sua dominação oligárquica, nem da Argentina, que resolveu os problemas de sua unidade nacional sob a hegemonia indisputável de Buenos Aires. Um e outro, ademais, eram, para usarmos termos de nossos dias, verdadeiros satélites privilegiados do Império britânico. Por isso, quando se pensa no protecionismo de França ou dos López ou no de Santa Cruz e de Belzu, vale a pena recordar sempre que não é tão importante assim o protecionismo abstratamente considerado, mas sim o que é protegido pelo protecionismo.

As reflexões de ambos os países acerca de suas derrotas respectivas se limitaram à admiração por quem os havia vencido, à tentativa de repetir seus es-

quemas de desenvolvimento, mas em condições muito mais dificultosas. É difícil encontrar algo mais aparatado e inútil que as experiências liberais do Paraguai e da Bolívia nas três primeiras décadas deste século. Em todo caso, o Paraguai acabou transformado em pouco menos que uma fazenda dos Casado e, até hoje, um terço de seu território (sequer de suas áreas cultiváveis) é propriedade de empresas inglesas, norte-americanas, argentinas e brasileiras. Na Bolívia, por sua vez, durante a era liberal, chegou-se até a pensar — através de Montes — em formar um só país com o Chile, e com o descobrimento das grandes jazidas de estanho, acabou por se tornar um país em mãos do que se denominou o super-Estado mineiro, termo usado para referir-se às três empresas associadas a capitais norte-americanos e ingleses.

A razão pela qual dois países que haviam surgido de um mesmo processo de balcanização, que deveriam ser partes de um mesmo Estado nacional apesar de a América não ser una, vítimas ambos da fase expansionista do imperialismo inglês, mutilados e humilhados da mesma terrível maneira, se lançaram um contra o outro por uma questão de limites na qual ambas as partes podiam emitir argumentos jurídicos *ad infinitum*, em segredo, de hidrocarbonetos que só existiam como hipótese dentro das hipóteses, é algo que demonstra tão-somente o grau de absurdo e alienação que pode assumir a história em mãos de coletividades atrasadas e estupefatas.

Dentro dos mesmos fatos, a Bolívia reclamava territórios cuja ponta chegava até Assunção. Era isso algo tão insustentável que, se de fato as tropas bolivianas tivessem podido chegar até lá, não teriam podido impedir-se a si mesmas de tomar a capital do país e iniciar a conquista dele por inteiro. Ou seja, já que o objetivo da guerra era *d'après* Salamanca “ganhar a guerra”, o Paraguai teria acabado por ser anexado à Bolívia.

O Paraguai por seu turno, num verdadeiro desmando bélico, tomou o forte de Laguna Chuquisaca e não se privou de degolar toda a sua guarnição. Como era previsível dentro de um exame elementar das possibilidades logísticas, a guerra se reduziu a uma ofensiva boliviana que chegou bastante longe mas só para ser batida pelos paraguaios, que aqui se moviam com comodidade já que estavam mais próximos da região; os paraguaios, por seu lado, passaram então também à ofensiva para chegarem até às primeiras elevações da cordilheira dos Andes, onde foram batidos por sua vez. Aqueles que têm falado desta como uma guerra colonial tentada pelas mais tristes semicolônias dizem, pois, algo cruel e verdadeiro².

VII. OS OBJETIVOS FALAZES

Há uma história interna das coisas que nem sempre se correlaciona bem com a lógica do mundo. Por exemplo, tem-se querido ver neste duelo no Cha-

2. Veja-se CÉSPEDES, *El dictador suicida*, Ed. Juventud, La Paz.

co um efeito das contradições *in crescendo* entre o imperialismo inglês, já instalado, e o ascendente imperialismo norte-americano na região. É certo que a Argentina respaldou o Paraguai com armas e víveres em grande escala e que, nesse momento (que os argentinos chamam “década infame”), a ocupação inglesa do país era tão extensa que um de seus vice-presidentes, o senhor Roca, chegou a dizer que a Argentina era de fato parte do Império britânico. É verdade, por outro lado, que o mercado argentino, já então bastante desenvolvido para a época, era uma parte mais que fundamental na região para os interesses da Royal Dutch Shell. As jazidas bolivianas estavam nas mãos da Standard Oil; depois se descobriu, no entanto, que esta companhia exportava petróleo para a Argentina por um oleoduto clandestino e que a gasolina ia dar nas mãos, precisamente, do próprio Paraguai, em guerra com a Bolívia³. Esta foi, como comprovação, a base da nacionalização posterior dessas jazidas (1937), de tal sorte que se a motivação imperialista tivesse sido a determinante dava-se o caso de a Standard estar a favor do triunfo de seus inimigos. Parece mais lógico supor que a Standard Oil sabia a dimensão das jazidas e também sua localização (o que explica sua falta de interesse na guerra) e que a Royal Dutch Shell, em contrapartida, não tinha senão uma visão expectatória do assunto como saqueadora de um triunfo que sobretudo podia afetar os Casado. São os Casado e não a Royal Dutch Shell, ou esta sozinha, o que explica o interesse exorbitante da Argentina neste pleito.

Ninguém pôde encarar o resultado desta pura loucura na Bolívia senão como uma derrota sem atenuantes, e era sem dúvida uma derrota sem retorno já que o objeto da guerra era, do ponto de vista dos dirigentes bolivianos, a conquista do Paraguai, com a condição de que tais fins metafísicos se encarregassem estadistas alentados por impulsos irracionais. Mas ambos os países não demonstraram ali outra coisa além de seu alcance estatal real sobre um território vazio, sem obter nenhum deles aquilo que buscava ou acreditava buscar. O petróleo não existia nas zonas importantes do ponto de vista estratégico senão em quantidades muito inferiores às pensadas e, para beneficiar-se em grau relevante com este produto, o Paraguai teria tido que conquistar quase a metade de um imenso país, tal a demência dos objetivos perseguidos por uma e outra parte.

VIII. CRISE ESTATAL PÓS-BÉLICA

É certo que nem toda guerra contém uma crise social geral. O caráter de tal fenômeno, a crise nacional geral ou situação revolucionária, exige a caducidade da capacidade de dominação por parte da classe à qual serve o Estado

3. Veja-se Carlos MONTENEGRO, *Los derechos de Bolivia contra el oro de la Standard*.

e, ao mesmo tempo, certa incapacidade coetânea por parte dos oprimidos quanto à construção de seu próprio poder, incapacidade ainda que momentânea. Nada disso aconteceu no Chaco nem num lado, nem no outro; a natureza de classe de ambos os sistemas estatais se manteve intacta, pelo menos na aparência ou na hora imediata. Pelo contrário, a própria maneira de racionalizar a guerra era diferente por parte das duas populações: enquanto o Paraguai, talvez por causa de sua unidade cultural mais compacta que fazia um contraste marcante com a maneira variegada da Bolívia, viveu a guerra como uma tensão nacional geral (pois, em teoria, estava em jogo a existência do próprio país como país independente), na Bolívia não ocorreu tal coisa. É claro que de nenhuma maneira deve desprezar-se o papel da guerra na formação dos aspectos subjetivos de base do Estado nacional e da construção da própria nação. Contudo, nunca como aqui pôde ver-se tão claramente até que ponto a sociedade civil boliviana não correspondia nem em sua dimensão nem em nenhum outro aspecto a seu Estado político, a não ser de um modo relativo ou circunscrito. Afinal, o que havia de Estado nacional na Bolívia era o Estado correspondente ao mercado interno gerado em torno da área capitalista mineira. Neste sentido, embora não devamos absolutizar as coisas, ou não era um Estado nacional porque não existia ainda a nação em sua definição moderna ou só o era em relação às áreas vinculadas ao mercado interno. Este raciocínio deve atenuar-se, no entanto, porque eram zonas que haviam estado vinculadas de uma maneira primária e havia deixado de está-lo; tampouco o país existia como um mero acaso sem premissas. Isolado, porém, disperso e diverso, viveu a guerra como algo que ocorria no Chaco, tal como se tem a vivência de uma guerra colonial não referente ao núcleo de existência da coletividade.

De qualquer forma, o que havia de Estado nacional, como sói acontecer nos países que vivem esta fase, se manifestava sobretudo no exército. O próprio aparelho militar muda de caráter em certo sentido ao deixar de ser um mero sistema de repressão desprendido da coletividade para ser um organismo de massas militarizadas. Isto tem sua repercussão sobre o próprio aparelho estatal que o convoca a tal massificação: uma guerra, de fato, comporta a hipertrofia, a superatuação da fase repressiva do Estado que, na normalidade, não tem por que atuar com tal extensão e intensidade. Para manter a “paz liberal” havia sido suficiente até então o exercício da retórica montista, que era a ideologia deste Estado. Agora, o aparato ideológico não era suficiente; a burocracia civil (encarnada à perfeição, até no físico, em Salamanca) havia conduzido o país, com suas concepções geopolíticas impossíveis, ao desastre puro. Em geral, porém, qualquer um que conheça destas coisas sabe que não se pode apelar continuamente aos mecanismos de emergência de um Estado sem que tal Estado se debilite como conjunto.

IX. SALAMANCA

Diante da guerra, o Estado oligárquico teve de acudir a seu mecanismo mais tenso e fundamental que era o exército. É assim que se inaugura, pela lógica dos fatos que se produziam uns aos outros, o que se pode designar como o primeiro ciclo militar no poder político boliviano deste século. O poder político se concentra no exército, mas isso não significa que as contradições desapareçam, e sim que passam a manifestar-se ali onde se concentrou o poder. Já era uma prova do atraso estatal o fato de não poder ratificar-se a forma do poder na emergência da guerra; mas o exército, longe de suprimir a política, transforma-se em cenário dela, fato que se reproduzirá quase nos mesmos termos no segundo ciclo militar, na fase termidoriana da revolução burguesa.

Até então, de fato, as contradições só se haviam dado entre um setor ou outro deste bloco do poder oligárquico, porque não era um Estado de massas; o fato estatal não contemplava a participação da maioria real. Os governos respondiam a um setor ou a outro da grande mineração ou, no melhor dos casos, aos grupos de latifundiários ligados à mineração, como Salamanca. Este era o herdeiro culminante de uma cultura mórbida que era resultado da servidão e do isolamento, da cultura da classe superior do país, de gente que não havia trabalhado nunca por muitas gerações e desde o princípio; uma cultura, enfim, provinciana, variegada, arrogante e cega. Ele era um homem brilhante no contexto dessa cultura mas, por isso mesmo, não era um homem realista. A realidade era um dado alheio a seu raciocínio, e a tentativa de incorporar o mundo objetivo a um silogismo que não tinha outra premissa além da suposição do sujeito que o formulava não podia mais que voltar-se contra o próprio sujeito para destruí-lo. Se isso serve para algo, deve-se dizer que amava, sem dúvida, a Bolívia, mas não tal como era e sim a Bolívia em que ele pensava; identificava o país com sua classe, com a classe que o havia feito seu dirigente e, por isso mesmo, que o tornava tão pouco viável quanto sua classe. Enquanto havia paz, o país daquele sistema podia alimentar-se em sua forma de poder dos discursos; à primeira convulsão, porém, apelava de imediato à repressão dos camponeses índios e dos mineiros do modo mais feroz, conforme uma rotina de séculos, porque estava na raiz cultural desta classe a idéia do castigo dos índios. Era Salamanca o fruto dos trinta anos da estabilidade liberal e por isso é tão ridículo atribuir à instabilidade política — que querem ver como o segredo do atraso boliviano — a derrota do Chaco. Pelo contrário, o exército, assim como Salamanca, era a conseqüência de trinta anos de uma estabilidade viciosa ou falsa estabilidade. Um país que não resolveu seus problemas de integração nacional, que mantém a maioria de sua população na opressão generalizada, no exílio político e na ignorância é um país muito vulnerável e o é duas vezes se, além disso, mostra-se estável dentro desta situação. A saúde, neste caso, deve expressar-se como descontentamento organizado, como instabilidade.

A cultura racista da oligarquia deste país de índios se exacerbou com a república, recebeu um impulso com os êxitos da política de importação de europeus da Argentina e se consolidou com sua reintegração ao mercado mundial por causa da economia do estanho. Não foi, portanto, em nada casual que Arguedas escrevesse seu livro *Pueblo enfermo* nesse momento⁴. Os liberais, na aplicação desta mentalidade que deseja fugir das coisas, organizam um exército com oficiais prussianos que comandam soldados obrigados a marchar com o passo do ganso e ao compasso de bandas engalanadas com fanfarras à prusiana que ninguém sabia para que se serviam. A falta de fé desta classe em si mesma se nota de modo surpreendente quando encarrega Hans Kundt, um oficial alemão que havia organizado o exército liberal, da condução da guerra. Conduziu-a, de fato, não se sabe se com maior desprezo para com os paraguaios, aos quais supunha que ia vencer em poucas semanas, ou para com os bolivianos, que mandava matar com a tranquilidade com que se assiste ao extermínio das lagostas.

Pois era um exército que quis constituir-se com as melhores pessoas do país, já que sua vontade era ser um exército de casta; sua oficialidade, portanto, provinha em bom número da classe oligárquica. Mas o privilégio não cria bons soldados. “A causa da ruína da Itália” — escreveu Maquiavel — “não é outra senão ter fiado sua segurança durante muitos anos a exércitos mercenários que às vezes prestaram serviços a alguns, e em lutas entre si pareciam valorosos, mas ao chegarem os estrangeiros se mostraram tal qual eram.” E aqui está a oligarquia boliviana a confiar que os mercenários no comando da plebe tirem as castanhas do fogo para ela, a serviço de seus irrealis objetivos e da confirmação de seu poder. O comportamento dos homens da classe dominante era o que se podia esperar de uma casta sem vitalidade, e os soldados inventaram a palavra *emboscado* para designar esta classe de homens que usavam seu privilégio para não chegar jamais à verdade de frente. O vórtice das próprias coisas, em contrapartida, trouxe à luz uma geração de oficiais que vinham dos setores médios pobres e aos quais se somaram os oficiais improvisados *ad hoc* e o vasto corpo de suboficiais e classes que compusera, o exército que travou a guerra como tal. Esta dupla formação do exército não tardou a se manifestar. A destituição de Salamanca naquilo que a oligarquia chamou o “curralzinho” de Villamontes, ou seja, sua defenestração no próprio campo de batalha, é também a destituição, pelo menos, do setor civil daquele Estado; mas estava, ao mesmo tempo, expressando o impulso inconsciente de destruir um Estado que, na realidade, não desaparecerá como tal senão por volta de 1952. O desprezo

4. Nem que dedicasse sua *Historia de Bolivia* a Patiño, que pagou a edição, como prova de que esta ideologia racista e pré-capitalista sem disfarces servia à perfeição ao poder político gerado pela grande mineração.

com que os oficiais que atuam no fato — Busch, o principal — tratam Salamanca presidente está mostrando como a guerra havia posto fim nas respeitabilidades e na própria ideologia do Estado oligárquico. A Busch não importavam os recursos oratórios do doutor Salamanca; pelo contrário, ele, herói sem discussão da batalha, detestava-os e é o mesmo ato mental, ao fim e ao cabo, com que castiga fisicamente Arguedas, outro doutor da oligarquia, em seu próprio gabinete, sendo já presidente, num incidente que se fará famoso na Bolívia.

X. O HOMEM SÍMBOLO

Chegando a este ponto temos de retroceder um pouco. Com Salamanca, na realidade, cai moralmente um Estado que só depois será dissolvido em sua materialidade. Por isso chamaram-no “o homem símbolo”. De fato, quando Salamanca chegou ao poder, o país oficial acreditou ter encontrado (talvez porque soubesse que uma classe dominante que não produz chefes não merece viver) algo que este setor não havia produzido durante muito tempo, isto é, um homem de Estado em plena forma. Era, sem dúvida, a personagem menos convencional entre todas as de sua época: era sóbrio em meio a uma classe que não o era; na aparência, era penetrante como um punhal onde o jogo era de cascas; parecia um representante triste e solene da própria história; só seu grande sarcasmo geral contrabalançava um pouco com sua melancolia. Sem dúvida este homem, com o carisma endurecido que tinha para esta classe e para o alcance desta classe, desejou a guerra. Não importa com que argumentos de Estado disfarçara o assunto, mas desejava a guerra; era um requisito que vinha de sua psicologia, e nisso há uma grande diferença entre a sanidade que enfrenta a violência que não pode evitar e a falta de sanidade que deseja uma violência que se pode evitar. Importa pouco se a desejou antes ou depois de seus colegas paraguaios, e havia neste *élan* algo de misterioso talvez porque, como havia escrito Medinaceli, era de uma raça que agonizava numa paisagem que não era a sua. Por que a desejou? Talvez jamais se possa responder a isso, para compensar a Bolívia de uma história republicana de frustrações. Queria presentear a Bolívia com uma vitória, algo que devolvesse a este país (àquilo que ele pensava como este país: um grupo de homens sensuais e desalentados em sua essência) sua fé em si mesmo, o que era, na realidade, um eco distante da guerra do Pacífico.

Este Savonarola da terra sem mar impôs seus critérios belicistas como um *diktat*. Não se conhecem, talvez com a exceção de Saavedra, que era um homem muito mais natural, vozes substanciais que se tenham oposto àquela epopéia fúnebre a cargo de um lírico morto antes de sua morte. Portanto, embora o projeto fosse impossível, tinha contudo a exultação e o atrativo perigoso de qualquer guerra de conquista e era, em outros conceitos, o único projeto com certa grandeza que havia podido conceber essa classe que agonizava pelo me-

nos desde Santa Cruz, como se o verdadeiro objetivo fosse reconquistar-se a si mesma.

Quando se produz a derrota sem atenuantes, torna-se necessário oferecer explicações. Salamanca, de fato, acusava os militares (“não lhes posso confiar nada”), o que era incongruente já que o exército era filho do mesmo poder que havia engendrado Salamanca e composto por oficiais de idênticos sangue e pele de oligarcas. O exército, por seu turno, acusava Salamanca e isso também era infundado porque não se podia culpar de tudo aquele cujas teses tinham sido aceitas de maneira tão acalorada. Mas o que de fato se produz é a desorientação do poder oligárquico que já não retomará mais sua coerência; é aqui que começa sua decadência, que não fará mais que acentuar-se mais e mais até 1952. Decerto é normal que um exército saia como o amo das situações depois de uma guerra por mais que tenha sido incapaz de cumprir os objetivos externos que lhe foram assinalados e talvez por isso mesmo. Tal é a razão pela qual o imediato à guerra foi uma sucessão de governos militares. Mas seria de uma grande superficialidade pensar nisto como uma linearidade; na realidade, cada governo militar representou uma coisa distinta: às vezes como saldos impotentes de um passado irresgatável, germes às vezes de um futuro ainda impenetrável.

XI. DISSIPACÃO DE TORO

A mentalidade dos primeiros períodos militares (os de Toro e Busch) é similar já que o objeto primeiro é a inculpação e o castigo dos culpados do fracasso, embora não se soubesse quais eram os culpados, nem houvesse ninguém que pudesse jamais concretizar a descrição do fracasso que era, como se disse, um sentimento antes de mais nada, um paradigma desesperado e incolocável. Mas é como se a própria falta de captação das coisas como um todo se revelasse, primeiro como incongruência, em seguida como tragédia. Os pregões nacionalistas e antioligárquicos vinham das trincheiras de uma maneira tão densa quanto diluída. Diluída ou não, porém, foram eles que obrigaram Toro a nacionalizar o petróleo e a expulsar a Standard Oil ou a criar o primeiro ministério do trabalho, que foi entregue ademais a um operário. Toro em si mesmo e por si mesmo era, contudo, algo assim como a dissipação de uma corrente verdadeira; se havia sido capaz de viver com frivolidade nada menos que acontecimentos como a retirada de Picuiba, na qual morreram de sede três mil homens e que não o levou a nada além de redigir alguns telegramas engenhosos. Era evidente que era o homem que não pode ir mais longe, que não sabe como nem quer fazê-lo. Na realidade, era tão frívolo que era capaz de fazer chistes no enterro de sua mãe e não podia ver as coisas senão como uma ocasião de aplicar o gracejo, com certo ceticismo que fazia com que o que pudesse haver nele de inteligência não fosse mais que algo entregue aos lugares-comuns da

corrente imperante. Em geral, um indivíduo tão sensual quanto Toro só podia ser alguém sem convicções e, por isso, inclusive quando acatava as dos outros, transformava-as num fantasma, porque não acreditava nelas. Busch não era assim, de forma alguma.

XII. GERMÁN BUSCH

Aqui, pelo contrário, o patriotismo é a característica central do indivíduo; é curioso como, por conseguinte, todos os demais acontecimentos de sua vida se mostram apagados por esta paixão fundamental, original, duradoura e mortal. No oposto de Toro, Busch, homem saído da pureza da terra, cuja força política não era mais que um acessório de sua vitalidade natural, homem que não devia nada a ninguém e cuja titularidade como herói era o fruto da verdade da guerra, era enfim a convicção pura. Pureza da convicção nascida sem dúvida de certa elementaridade intelectual mas também, engendrando aqui já um protótipo, das convicções convertidas em periculosidade. Era uma sensação de temor físico a que sentiam a oligarquia e o conjunto da rotina do país oficial ao mero encontro com este oficial que pensava que os culpados mereciam sanção e que seus soldados — portadores da pátria — eram os credores de uma reivindicação. Em seu instinto de guerreiro acostumado às patrulhagens e às pilhagens, Busch engendrou, por fim, uma visão sombriamente patriótica da política e começou a cultivar, com razão certa, uma desconfiança essencial que abarcava tanto os doutores em geral quanto seus próprios chefes. A dor da pátria jazia em seu coração com a profundidade de uma paixão total: se a pátria estava encurralada, Busch não queria viver. Toro acreditava dominar Busch, mas não se dava conta de que, entre chiste e chiste, largando um ou outro aforismo explicativo nos festins, estava gerando uma força que afinal o próprio autor, Toro, não podia conter nem compreender. Para Busch está claro acima de tudo que a oligarquia tem de saldar contas com o país.

A história de um país atrasado costuma avançar pela via de seus heróis elementares. Busch, como é natural, não podia ter uma consciência do processo que se estava desatando e com ele como um de seus elementos patéticos. O próprio fato de ser um *oriental**, isto é, nativo de uma zona marginal em relação à compreendida pelo mercado interno e, ao mesmo tempo, um oficial do exército, isto é, do único organismo centralizado num país que não havia cumprido a tarefa de sua centralização, e o fato de, entretanto, se tornar uma grande personagem surgida da guerra já estão falando de certos aspectos que não podem ser transpostos. Isto significa, em boa lógica, que a guerra havia criado as tendências subjetivas para a construção da unidade nacional e do Es-

* natural da província de Santa Cruz, no oriente boliviano.

tado nacional. Cumpria-se aqui, além do mais, o que é uma norma clássica: os elementos subjetivos da nacionalização precedem sempre à formulação objetiva de tais tarefas.

A violência dos sentimentos nacionalistas de Busch, porém, nada tinha que ver com sua viabilidade. Era uma operação-comando realizada de surpresa contra o estatuto oligárquico, que pôde organizar todavia uma resposta com desenvoltura, em primeiro lugar rodeando e penetrando a própria ditadura que não tinha outra consistência senão a personalidade do próprio Busch, que era uma mescla de produto superior da natureza e de fragilidade intelectual. O ditador morreu pouco depois de um ano no poder. O povo considerou que havia sido assassinado friamente e descartou desde o princípio a hipótese oficial do suicídio. É verdade, contudo, que havia antecedentes acerca de inclinações suicidas nele. Na realidade, a conseqüência é a mesma: se se suicidou foi porque, com efeito, sua ditadura não podia chegar mais além de onde chegou; se foi assassinado é porque seus inimigos ainda tinham a força suficiente para assassiná-lo. Ainda assim, era o primeiro presidente que morria por causa violenta no século e isso não era um mero acaso: o próprio Busch havia colocado as coisas, num estilo característico, como uma questão de vida ou de morte. As lutas políticas estavam assumindo uma profundidade que não abandonariam mais depois. Nunca se pôde estabelecer com certeza se se tratou de um suicídio ou de um assassinato, mas era expressivo que não se permitisse uma sucessão “buschista” a Busch. Os próprios militares da corrente oligárquica impediram que Baldivieso, que era o vice-presidente de Busch, assumisse o poder.

XIII. CRISE NO APARELHO REPRESSIVO DO ESTADO OLIGÁRQUICO

O Estado criado pela grande burguesia mineira do estanho depois da revolução federal, em princípios do século, começa a viver a derrocada de sua legitimação ideológica. Pois a própria eficácia da coerção ou violência estatal não é mais que a conseqüência da ideologia; no resto da década dos quarenta poder-se-á comprovar também a perda de eficácia de seu aparelho repressivo. Está se gerando a revolução democrático-burguesa de 1952 e a seqüela de acontecimentos de dissolução daquele Estado é algo que nos dá muitas lições.

Quintanilla (presidente provisório, sucessor de Busch) fez um interinato imediato à morte de Busch e entregou o poder a Peñaranda, que venceu nas eleições sob o voto qualificado contra o candidato esquerdista José Antonio Arze. Ambos, Quintanilla e Peñaranda, eram generais da oligarquia e respondiam sem atenuantes aos interesses do bloco de poder da grande mineração e dos latifundiários. Com isso, a oligarquia (que foi chamada “mineiro-feudal”, no jargão local, de discutível exatidão) tentou voltar a sua fase mais exitosa e estável, ou seja, ao ciclo democrático-formal que havia praticado nas três primeiras déca-

das do século. A mesma democracia formal, que servia para a legitimação eficiente da grande mineração em sua fase de ascensão, serviu aqui como elemento de sua dissolução; nisto como em tudo o processo boliviano ratifica certos princípios da teoria do Estado como aquele que se refere ao duplo papel da democracia burguesa que funciona primeiro como assento de um momento culminante da superestrutura capitalista e depois como cenário de sua dissolução, embora seja óbvio que aqui não se está gestando uma revolução socialista, mas sim uma revolução democrática de traço particular porque o proletariado terá nela já um papel protagonista. O primeiro resultado da crise ideológica da época é a eliminação dos partidos tradicionais e a aparição dos modernos partidos políticos, desde o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e o Partido da Esquerda Revolucionária (PIR) até o Partido Operário Revolucionário (POR) e a Falange Socialista Boliviana (FSB).

Uma questão importante, sem dúvida, é por que o MNR canaliza para si as derivações sociais da decadência do Estado oligárquico e por que congrega em seu seio as novas zonas classistas que ingressarão na política, isto é, os operários e camponeses. É algo que só tem, a princípio, uma difícil explicação. Na realidade, o PIR, com uma definição marxista próxima à III Internacional, dispunha do mais numeroso corpo de intelectuais; o POR, a corrente trotskista, se dirigia sem vacilações, assim como o PIR, à classe operária, que ia ser um fator preponderante no devir próximo dos fatos, e a própria Falange se apresentava com um *pathos* patriótico fervoroso, muito da época, pelo menos tão intenso quanto o do próprio MNR. Mas este, o MNR, era um partido formado por ex-combatentes da guerra e, por conseguinte, podia conseguir uma fácil comunicação com os jovens oficiais nacionalistas, o que era mais difícil para os partidos marxistas já que seus dirigentes, pelo menos os mais relevantes, não haviam participado da campanha do Chaco. A Falange, por sua parte, tinha um obstáculo dentro de si mesma a partir de postulações hispanizantes de duvidosa viabilidade num país no qual a presença indígena é tão rotunda e no qual a política tendia sem reparos a converter-se numa política de massas.

O MNR, além do mais, em seu núcleo de origem pequeno-burguês da forma mais específica, era composto por jovens políticos que de um modo ou de outro tinham que ver com a própria casta política que tratavam de derrubar. Em sua maioria, eram filhos de ex-presidentes ou de gerentes de empresas quebradas, enfim, toda uma gama de parentes pobres da oligarquia que já não acreditavam na própria oligarquia. Desprezavam aquela que em algum grau era sua própria classe, talvez por que fossem o final postergado dela. Sua própria postergação fazia-os ver as coisas com maior lucidez. Aqui opera, sem dúvida, um fato singular. As classes novas, aqui como em qualquer parte, se introduzem na política, ou seja, no jogo do poder, pelas portas que lhes abre a divisão da classe dominante que tende a dividir-se com maior rapidez e facilidade quanto mais atrasada for, precisamente, como classe dominante. Era a

ignorância da grande burguesia mineira o que a induzia a praticar suas modalidades oligárquicas, a ter, sendo um setor capitalista, uma ideologia pré-capitalista⁵. Não importa se de maneira consciente ou inconsciente, o proletariado utilizou os políticos do MNR para ingressar na política da Bolívia: o MNR, por seu turno, estava interessado em organizar os mineiros, o centro proletário, para dispor de um equilíbrio (ou, como Guevara disse depois, de um garrote) frente a seus aliados, os militares nacionalistas que acreditavam na pátria, mas não nas classes, que eles viam como uma deformação da pátria.

É necessário, em síntese, levar em conta os seguintes fatos. Por um lado, divisão do aparelho repressivo do Estado que, em seu setor de oficiais jovens, deixa de responder à natureza de classe do Estado. A maneira de comunicar-se com o descontentamento civil por parte destes oficiais radicava nos ex-combatentes civis, ou seja, no MNR, essencialmente. Por outro lado, a pulverização da ideologia do Estado oligárquico. As próprias palavras de ordem, os programas, exposições e agitações dos outros partidos se canalizam em último termo rumo àquele que tinha melhor viabilidade para o poder, porque na política as coisas têm horror à incerteza e tendem a capturar o poder ou a recebê-lo, mas não a vacilar entre uma coisa e a outra. O maior acerto tático do MNR se localiza, sem embargo, em sua conexão com o proletariado mineiro que se precipita por causa do massacre de Catavi (1942). Foi o único partido que denunciou efetivamente o fato e, portanto, através da soma destas condições, está capacitado para tomar o poder em aliança com os oficiais jovens encabeçados pelo major Gualberto Villarroel.

XIV. VILLARROEL E RADEPA

Villarroel era também, como Busch, uma figura nascida da guerra, mas de maneira menos fulgurante. A diferença que há entre ambas as personagens é a que se dá em suas próprias especialidades militares: é a que há entre um oficial de artilharia, que deve seguir as normas da guerra militar, e um chefe militar que, devido às emergências da campanha, se vê obrigado a travar uma sorte de guerra irregular dentro da mesma guerra regular. Daí, Villarroel, um chefe desconhecido, um organizador paciente da impaciência militar, uma figura relevante que não se propunha sê-lo.

Se se avalia o governo de Villarroel do ponto de vista de suas medidas administrativas fica incompreensível o caráter que assumiu nele a luta de classes. No concreto, limitou-se a impor certa modernização tributária sobre a grande mineração e atos quase simbólicos a favor dos camponeses, como a supressão do *pongueaje* (trabalho gratuito para o latifundiário). É claro que estava dis-

5. De que era um indício tão claro o patrocínio de Patiño à obra de Arguedas.

posto a conviver com a grande mineração, pois não se pedia a esta mais que admitir a existência de um poder estatal não dependente de maneira direta dela. E a conviver com os próprios *gamonales* (a classe dos latifundiários senhoriais), pois não se lhes pedia mais que suprimir as formas mais abjetas da servidão pessoal dos camponeses. Porque não teve tempo ou por qualquer razão, Busch tinha feito menos e lhe custou a vida. Agora Villarroel se apresentava com um buschismo aumentado. Contudo, a existência de um Estado independente pelo menos em relação à grande burguesia e aos grandes latifundiários era algo inadmissível para a classe dominante. Se é preciso classificar o regime de Villarroel, classifiquemo-lo como um bonapartismo em esboço, já com certas idéias acerca do “dever estatal” ou da independência do Estado, mas idéias levadas à realidade com uma grande timidez; além do mais, na vacilação entre as tarefas nacionais e as democráticas, que estavam em pauta desde o tempo de Busch, não havia dúvida de que a preponderância seguia correspondendo às primeiras. Os reformadores, em todo caso, não podem ser moderados porque suas reformas, não importa se moderadas ou não, são interpretadas sempre pela classe dominante como uma ameaça total; portanto, é melhor ir mais longe do que se quer ir porque a partir daí pode-se retroceder até aonde se queria chegar. Do contrário, a proposição da mera reforma só pode adquirir o conteúdo de uma provocação sem possibilidades. O bloco dominante, por seu turno, em particular se é um bloco com as características do boliviano daquele tempo (ou seja, já intranquilo, com o sossego perdido e a lucidez atordoada tanto quanto estava quebrado aquilo que pensou como sua normalidade), precisamente porque começa a esfacelar-se, está menos disposto que nunca aos retrocessos parciais, à recepção das reformas ou reivindicações parciais.

Pois bem, dentro da campanha nacionalista que arruinou a ideologia oligárquica, a questão dos preços do estanho ocupou um lugar considerável. Era o que os jornalistas de *La Calle* chamavam “os preços da democracia”⁶, por causa dos quais se obrigava a Bolívia a contribuir à causa dos Aliados e a vender seus minerais a preços abaixo dos preponderantes no mercado mundial. O que diziam, com eufemismos e diretamente, era que a guerra mundial era um confronto que não tinha por que interessar à Bolívia como país, o que era um raciocínio muito próprio dos que haviam vivido a guerra do Chaco: o mundo não nos salvará; o mundo, quando existe na Bolívia, existe contra a Bolívia; uma nação não tem amigos, só se tem a si mesma; na verdade seu destino é estar só para sempre. Mas também, de modo mais resolutivo, radevistas e emeneristas pensavam e diziam, *sotto voce*, que quanto mais gringos morressem em sua magnífica guerra, tanto melhor para a Bolívia. Aqui se estava manifestando

6. Uma demorada descrição destes fatos se encontra em CÉSPEDES, *El presidente colgado*, ED. Juventud, La Paz.

um rancor secular, muito peculiar ao país; por sua própria extração, a Bolívia não podia fazer a mesma vivência da guerra mundial que o Uruguai, por exemplo; a Bolívia, nem em seu coração nem em sua carne tinha razão alguma para sentir-se próxima ao que se chama civilização ocidental.

Villaruel, na realidade, vive já as conseqüências desta discussão que demonstrava duas coisas: primeiro que na postulação das tarefas nacionais há um grau de endocentrismo que é inevitável; segundo, que essa mesma auto-referência ao mesmo tempo em que dá poderio ao programa torna-o impotente na prática porque não há dúvida de que o próprio interesse nacional, qualquer que seja o assunto em que se assente, só se resolve dentro dos conflitos do mundo. É já um vaticínio do futuro do nacionalismo boliviano: ao tratar de negar o mundo, isto é, ao negar-se a racionalizar o mundo, o que ocorrerá é que terá de aceitar o mundo não de acordo com o raciocínio que consiga ter a respeito dele, mas como um objeto da força do mundo. *La Calle*, é claro, expressava a desobediência de intelectuais que falavam coisas semelhantes à do sentimento popular; era a guerra que havia formado este tipo de intelectuais de cor popular assim como o hábito de aceitação dos atos intelectuais por parte do povo. O caso dos “preços da democracia”⁷ foi transformado, pelos serviços de inteligência norte-americano e inglês (a coisa ocorria nas vésperas do golpe que daria a presidência a Villaruel, ainda no governo de Peñaranda), num complô pró-alemão. Nas memórias de Braden está comprovado como se forjou isto que se chamou o *putsch* nazista, segundo o qual o MNR, em cumplicidade com a embaixada alemã, preparava a tomada do poder pelo Eixo. O único que podia ter o MNR em comum com os nazistas era sua xenofobia, mas neste caso uma xenofobia que compreendia também os próprios alemães. Pois aquela intriga não impediu o golpe que levou ao poder o MNR junto com a Radepa. Veio de imediato a época do não reconhecimento do governo de Villaruel por parte dos Estados Unidos. Foi uma pressão que, combinada com outras ainda mais canalhescas e dentro dos próprios países latino-americanos (como o Comitê Guani e a doutrina Rodríguez Larreta da intervenção coletiva, antecedentes da quarentena contra a Revolução cubana), enfraqueceu os voláteis propósitos neutralistas do regime, difusos propósitos como todos os seus e demonstrou que tampouco neste caso Villaruel via a necessidade de ir mais longe no confronto com o imperialismo. Suas metas, em suma, eram modestas como a própria humildade: reduziam-se a pedir que o país mais pobre do continente não fosse obrigado a perder nada menos que várias centenas de milhões de dólares (que eram dólares melhores que os atuais) a serviço de uma causa que não importava para ele. Ninguém havia feito nada no mundo para que essa causa tivesse importância para a Bolívia.

7. Por causa do que, em chistes, foram chamados “contratos irreprocháveis”. Preços mais baixos que os do mercado mundial como contribuição boliviana à guerra mundial.

XV. RADEPA - MNR

Confusos, débeis, transigentes, tais atos de contradição ante o imperialismo eram de tal índole que se haveriam negado se lhes perguntasse se queriam ser chamados de antiimperialistas. Tinham, entretanto, sua correlação mais profunda nas idéias antioligarquicas que estavam entranhadas tanto na Radepa como no MNR. Radepa significa “razão da pátria”, isto é, para eles, a causa final, a razão em sua justificação última. A pátria está por sobre tudo o que se deva fazer e torna coerente o que se faça. Era como se Busch houvesse reencarnado num número mais ou menos grande de oficiais, agora com a inclinação de pensar na saída para as coisas como uma solução militar. O primeiro objetivo era a liquidação do inimigo, se necessário fisicamente; o inimigo era a oligarquia ou, como se dizia então, a antipátria. Há que se dizer que entre as idéias da Radepa predominava o conceito de que o MNR era apenas um aliado incômodo, um parasita imprescindível somente em grau relativo dentro do poder dos jovens oficiais a quem correspondia carregar a história.

Combinava-se neste grupo um certo receio, que às vezes se tornava desprezo, para com os políticos civis com um rancor essencial contra a oligarquia, que era considerada culpada da história do Chaco, das perdas territoriais, da morte de Busch, das matanças de operários e camponeses. O próprio grupo, como é natural, era já a forma de organização de oficiais que negavam a lógica de autoridade do exército formal, fato por demais relevante porque, de algum modo, um exército se está formando dentro do anterior; é óbvio que aqui se dão os elementos da reorganização militar de depois de 1952, que veremos em seu momento.

Mas o simples fato de reconhecer um inimigo comum não dá unidade ao aparelho do poder e, enquanto a Radepa não tentava outra coisa mais que uma vingança nacional ou a recomposição da supremacia da razão da pátria, o MNR, como é óbvio, tinha projetos mais concretos no que concerne instituir uma ordem estatal de novo tipo. Um e outro setores são, sem dúvida, os que formam os embriões da futura burocracia do Estado burguês de 1952 em sua forma civil e militar. Ambos chegarão, em seu remate, a pontos que jamais tinham imaginado. Em todo caso, o receio militar que tinha força por si mesmo e em si mesmo obrigou o lado civil a buscar seu próprio respaldo. O MNR se deu conta logo de que sua posição dentro do pacto de governo era precária e se apressou em compensar o poder da Radepa com a organização do movimento operário que, além disso, havia sido iniciada anteriormente por diversas formas de predecessores sindicais. Lenin diz que a consciência do proletariado lhe vem de fora. Aqui não se pode falar de consciência proletária em rigor pois não estamos senão nos albores políticos da classe. Mas a própria organização inicial desta classe lhe vem de fora; os setores pequeno-burgueses, que são portadores das idéias democrático-burguesas, necessitam, para se imporem sobre a

velha burguesia, do apoio da classe operária. Dá-se então, por um lado, que a burguesia real não tem uma ideologia burguesa, mas sim uma ideologia pré-burguesa; que a pequena burguesia atua como uma pré-burguesia porque, embora não seja ainda burguesia no objetivo, contudo, tem uma consciência burguesa mais cabal que a própria burguesia; finalmente, um proletariado que, para ingressar na revelação superestrutural (que como aparição mesma implica um avanço das forças produtivas), deve, não obstante, prontamente, entregar-se ao programa pequeno-burguês ou prestar-se ao programa da pequena burguesia porque jamais seria possível sua integração ao sistema político se o fizesse em guerra com todas as demais classes em conjunto. Esse foi o sentido da fundação da FSTMB (Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia), por exemplo. Foi o MNR que propôs e obteve, por outro lado, a designação de Lechín para subprefeito de Uncía, centro civil da principal concentração mineira. Lechín, que havia sido mineiro, embora por breve tempo, chamou a seu gabinete o gerente da empresa (Patiño Mines), dona das minas do distrito. Havia nisso clara consciência de que se estava desafiando a ordem concreta da região, o modo de funcionar específico do poder no distrito; propunha-se um salto insuportável que a empresa devia repelir sem necessidade de consultar seu centro administrativo. De fato, o gerente negou-se a atender à intimação de Lechín e, inversamente, convidou-o a visitar a gerência da empresa. Tudo é muito revelador da relação Estado-empresa. Ao recusar-se o gerente a vir vê-lo, como era previsível sem margem de erro, Lechín ordenou sua prisão. Isto foi visto como um ato de vitória do Estado sobre a empresa, do MNR sobre toda a velha política, de Lechín sobre todo o sindicalismo anterior. Originará também a modalidade do sindicalismo lechinista, nunca muito afastado do *status* do poder, mas tampouco tão conectado ao poder a ponto de afastar-se do movimento das massas. Tal incidente, tão secundário nas aparências, mostrava o novo caráter da relação que o MNR pretendia com as grandes empresas: uma relação que haveria sido normal para qualquer Estado que não fosse este, dominado pela grande mineração durante um século. O subprefeito de Uncía estava demonstrando, pela primeira vez, que exercia a função de algo mais importante que a empresa lá onde a empresa havia demonstrado cem vezes que era mais poderosa que o país inteiro.

Não eram, pois, as medidas de governo, sim o que havia por baixo delas como conteúdo de classes (ou seja, como tendência histórica) o que preocupava a oligarquia e agora também o próprio imperialismo norte-americano. O sistema oligárquico estava em decadência, mas não o bastante para não perceber que a ideologia da Radepa, com seu acento irracionalista mas também irrenunciável, e que a organização do movimento operário, sujeito novo porém mais temível que a própria violência do patriotismo militar, organização ademais favorecida pelo aparelho do Estado (tecnicamente, o bloco antioligárquico havia capturado aqui o aparelho do Estado; mas o poder do Estado ou sua

natureza final continuava nas mãos do bloco oligárquico) faziam uma combinação absolutamente incompatível com as modalidades *rosqueras* (*rosca*, apelido boliviano da oligarquia) de opressão política. Isto é o que explica que, em lugar de lutar contra as modestas medidas de poder, a oligarquia se lançasse de fato contra o regime como tal, isto é, que numa espécie de supremo *tour de force* tentasse exterminar finalmente o bloco Radepa-MNR.

A consciência da classe agredida em seu domínio é muito mais desperta que a daqueles que encarnam tal agressão. Nem Villarroel, nem a Radepa, nem o MNR nesse momento pensavam numa aniquilação daquele Estado; o que queriam, na verdade, era sua modernização. Mas, na História, quase nunca se sabe do que se é portador. Os radepistas tinham, como é natural, sua juramentada vontade de sacrifício. Esta era sua força. Mas a oligarquia tinha o hábito do poder, o costume de haver manejado um país desde sempre, a mesquinhez concreta de pessoas que se moviam em meio a algo que conheciam: resolveram matar Villarroel; há provas de que se tramou seu assassinato e o de seus imediatos. Era uma classe demasiadamente experimentada, porém, para matar sem preparar o clima ideológico de prejustificação do fato. Montou, por isso, uma campanha perfeita, talvez a última de sua história. A resposta dos militares nacionalistas se deu dentro do tom ajustado ao caráter emocionado e patético de sua ideologia secreta nascida do rancor do Chaco. A Radepa, em reunião solene e por votação regular, selecionou uma dezena de políticos proeminentes da oligarquia, tratando de fazer com que aparecesse pelo menos um por região e que tivesse, no tocante a sobrenomes, traços e figurações, a maior conotação oligárquica possível e ordenou seu fuzilamento. Era uma inversão completa da história da Bolívia porque até então, se cabe dizê-lo, sempre se havia matado ao revés, na direção oposta. Aliás, nos momentos finais antes de sua morte, segundo o testemunho dos executores, as personagens estavam convencidas de que os radepistas não se atreveriam. Seus corpos ficaram pendurados em Chuspipata e Caracollo. Lacônico e terrível, um comunicado informou do assunto na manhã seguinte: Por Razão da Pátria, até o momento foram fuzilados os seguintes...

XVI. QUEDA DE VILLARROEL

A esquerda, o que então era a esquerda marxista, entendeu mal este processo. É óbvio que os nacionalistas colocavam os termos da luta política no quadro de um localismo quase indomável. Por outro lado, é explicável que os marxistas, em contrapartida, tenham vivido com tensão a luta contra o fascismo no mundo. Mas o lado do fracasso da história ensina-nos tanto quanto o de seu êxito. Definir Villarroel como um regime fascista demonstrava uma fraqueza na análise marxista quase desesperadora, a um extremo tal que é algo que ainda hoje não se pode levantar sequer como discussão. O tom obsessivo

com que se propôs a questão, incentivada pelos rancores regionais, foi uma das causas para que o movimento operário se convertesse depois numa espécie de punho fechado do nacionalismo, matizado apenas pela presença dos trotskistas. Em todo caso, o PIR, por exemplo, entrou na chamada Frente Antifascista, que se transformou, à força, num dos instrumentos políticos da oligarquia, dando mais importância às fortuitas veleidades neutralistas dos princípios do regime, do que às contradições de classe que estavam ocorrendo por baixo das inofensivas medidas da administração. Já aqui, bem cedo, se presentiam as grandes dificuldades que há para a subsunção das lutas mundiais nas lutas locais, da própria teoria frente aos casos específicos de poder.

A oligarquia, agora com o apoio destes setores esquerdistas, não tardou a obter núcleos de respaldo dentro do próprio exército villarroelista. Militares como Pinto, Arenas, Mercado, que ocupavam os mais altos cargos dentro do regime, foram os que deram as bases para a derrubada do regime, na qual atuaram setores estudantis e populares movidos pelo PIR. A oligarquia pensou nesta ação como uma vingança definitiva e uma restauração total; só assim se explica o grau mórbido, até bárbaro, da conclusão do movimento subversivo, que foi pendurar Villarroel e seus colaboradores na praça Murillo. Villarroel, numa atitude que se parece muito com a que adotaria depois Allende no Chile, não se defendeu: esperou seus algozes no Palácio Quemado, negou-se a fugir, com uma espécie de dignidade acusatória que foi, sem dúvida, um ato de grandeza.

Era impossível que um episódio como este deixasse de ter conseqüências porque, ademais, o país, como conjunto, havia posto em movimento o esquema de suas classes sociais de uma maneira que já a direita não podia racionalizar. Os mineiros, por exemplo, quiseram de fato avançar sobre La Paz. Mas as investigações que se fizeram depois revelam que o acontecimento teve um alcance inesperado, que compreendeu inclusive setores que pareciam mais alheios à política tal como estava colocada. Tal o que ocorreu, por exemplo, com os camponeses da região de Independencia, em Cochabamba. No momento mesmo do assassinato de Villarroel, estava realizando-se o chamado Congresso Indígenal, que reuniu dirigentes mais ou menos improvisados dos camponeses de todo o país, em grande parte para avalizarem com sua presença a supressão do *pongueaje*. Um dirigente camponês da zona de Independencia presenciou quando penduraram o corpo de Villarroel na praça. Pertencia à mesma região na qual tinha suas propriedades o coronel José Mercado, um dos membros da Radepa que tinha passado a tomar parte da conspiração oligárquica contra Villarroel. Apesar disso, Mercado foi também perseguido pelo novo regime e se refugiou em sua fazenda, aonde chegou quase ao mesmo tempo que o mencionado dirigente camponês. Este, segundo a reconstrução que fez Dandler⁸, reu-

8. Numa investigação inédita.

niu os caciques do lugar e explicou os acontecimentos de La Paz (começou dizendo: “Morreu nosso pai”). O resultado foi uma rebelião camponesa em toda a região e o assassinato de Mercado. Tal o grau que havia alcançado a comunicação entre as classes, fato impossível nas etapas históricas anteriores.

Costuma-se situar em 1952 o momento da destruição do Estado chamado mineiro-feudal. É, com efeito, o momento de sua queda concreta. Mas, um Estado agoniza durante longo tempo antes de cair e trata, vez por outra, de restabelecer os momentos de seu florescimento. Com o assassinato de Villaruel se abre o período de uma luta aberta entre um Estado em decadência e o movimento democrático burguês em ascensão invencível. Com as armas e sem elas, em todos os cenários, se dá um confronto destinado a concretizar no Estado o que, no fundo, já havia ocorrido na sociedade; depois de tudo, quando se fala das relações entre a sociedade civil e o Estado político, fala-se da relação entre as classes de verdade, isto é, em suas relações produtivas e a forma de sua manifestação política.

A partir daqui vemos os fatos como uma fatalidade, como um curso incoercível. Mas talvez não o fossem naquele momento. De todas as maneiras, o fato de o MNR, como cabeça dessa tendência, poder ver as coisas e a política oligárquica não o poder mostrar a primeira característica de um sujeito de poder caduco: o sinal de sua perdição está em seu fracasso na discriminação objetiva da situação, em seu engeuecimento. Por conseguinte, o que chamamos de lucidez de um momento ou sua estupidez não são mais que a aplicação de dados do indivíduo a capacidades que aqui nascem de uma determinação material. Ninguém é lúcido quando seu suporte classista não lhe dá elementos para sê-lo.

A experiência forneceu, então, aos homens do MNR o conhecimento robusto de três fatos simples, irremovíveis. Eles sabiam, por um lado, posto que haviam estado dentro do poder oligárquico (Paz Estenssoro tinha sido empregado da Patiño etc.), que a classe dominante era derrubável, que seu poder era vulnerável. Estavam demasiadamente próximos desta classe para crer em sua superioridade. Sabiam, por outro lado, que os militares, nem mesmo os mais robespierreanos, não tinham a capacidade suficiente para integrar as novas classes da política (ou seja, que elas se integrariam, neste caso, contra os militares, mas numa maré revolucionária que o MNR sinceramente não deseja). Nem a fração radepista do exército nem a oligárquica tinham a possibilidade de prognóstico da situação revolucionária que, entretanto, se preparava a olhos vistos. Sabiam, por exemplo, isto é o capital, que a nova personagem central era a classe operária. Isto é o importante. Não era um conhecimento da classe operária pela via do marxismo, mas pela prática política; isto é, conheciam-na *não a partir do ponto de vista operário, mas sim do ponto de vista do projeto burguês que continham*; como era um projeto burguês muito mais avançado que o existente nas mãos da oligarquia, davam-se conta, portanto, de que ou se

dava um papel aos operários ou eles o tomariam para si mais cedo ou mais tarde. Da tentativa de manter o proletariado como grupo, tão exilado como os camponeses índios (como fazia a oligarquia), a este momento, há uma grande distância, que mostra como a força das coisas — e não as leituras — é o que moderniza as classes. Desde o princípio, o MNR se constituiu numa ponte entre os militares e a classe operária — e aqui estão as raízes da burocracia que tentará se constituir na hora de seu pleno poder.

XVII. GUERRA CIVIL DE 1949

A guerra civil de 1949 indica a envergadura que fora ganhando o movimento através dos fatos. Primeiro, que o núcleo democrático-burguês está no proletariado mineiro e não no camponês; aqui uma classe está chamada a libertar a outra, e o fato de seu coração ser o movimento operário faz com que seja uma revolução democrático-burguesa, que se sentirá frustrada quando não puder ir mais além da revolução democrática. Segundo, que é uma revolução nacional; trata-se, pela primeira vez, de acontecimentos nacionais em seu espaço, porque já participam todas as regiões. Isso desmente de forma cortante os que crêem que podem definir os índices de participação a partir dos meros indicadores funcionais ou econômicos; a difusão ideológica, em especial se ela se tornou mais fácil em casos como o dado pela guerra do Chaco, torna-se um fator objetivo. Quando todos tendem à unificação, tudo ocorre para todos.

Numa ação relâmpago, o MNR acabou por apoderar-se de cinco dos nove departamentos* do país. Que isso pudesse acontecer sem que na prática se dispusesse de armas demonstra o caráter nebuloso — no que diz respeito a números — do movimento. É certo que a tentativa fracassa em La Paz e Oruro, ou seja na zona do poder central. Mas se apodera dos distritos mineiros e de uma grande extensão do país. Isso significa que era o centro político o único lugar onde ainda o Estado tinha superioridade: ao afastar-se de seu ponto de eficácia ou ao encontrar-se com concentrações definidas, as coisas estão perdidas para ele. O próprio modo de ação militar da oligarquia demonstra então uma psicologia: sem armas, os operários foram cercados em Catavi pelo exército e, em represália, tomaram como reféns os gerentes e técnicos norte-americanos da empresa. Quando o exército atacou (note-se que se trata de um exército do qual foram expurgados os radepistas, que estão combatendo com o MNR, ao qual se assimilaram), os mineiros executaram seus reféns.

As duas principais batalhas se travam em Potosí e na quebrada de Incahuasi, dentro do departamento de Santa Cruz mas, passagem para Chuquisaca. Os mineiros de Potosí fizeram uma emboscada eficaz contra o exército que

* divisão territorial da Bolívia, equivalente aos estados brasileiros (N. do T.).

marchava sobre eles e lhe ocasionaram um número descomunal de baixas. Reforçado o exército, foram obrigados a resistir na própria cidade de Potosí, onde o combate foi encarniçado num grau incrível. Ressuscitando costumes que não reapareciam desde a guerra da Independência, o exército pendurava os cadáveres nos postes e árvores e fuzilou um grande número de resistentes, enquanto os demais se retiraram para Chuquisaca e finalmente depois para Santa Cruz (Incahuasi), onde se travaria a batalha final. Mas, é ainda mais eloqüente que o movimento triunfante em Santa Cruz e a batalha de Incahuasi tenham sido sustentados por camponeses de uma região desvinculada em absoluto do centro econômico nacional. O fato de o MNR ter podido mobilizar então a gente da mesma região, onde depois ia tentar estabelecer-se a guerrilha em 1967, mostra bem a diferença que há entre tentar um movimento armado sem mobilização nacional prévia de massas e um movimento que dispunha disso em grande extensão. Ou seja, é a hegemonia de classe que torna possível levantar a questão do poder e só excepcionalmente pode o poder, *a posteriori*, construir a hegemonia de classe. Aqui a frente democrático-burguesa era a maioria absoluta, tinha seu núcleo efficacíssimo de operações no proletariado mineiro e ainda sua própria perspectiva de aparelho estatal no MNR. Ou seja, as massas criam as armas; a guerra civil preexiste à disposição das armas, ela deve estar já no ânimo das pessoas. A aquisição das armas é apenas um resultado desta difusão. No subjetivo, a situação revolucionária consiste nisto: em estar-se disposto a arriscar a vida pelas coisas do poder. Como nota adicional, deve-se observar que se o MNR tem de propor aqui como guerra civil que aspirava a avançar desde a periferia até o centro, distribuindo a terra, o que havia proposto em 1943 como conspiração civil-militar, é também algo bem ilustrativo da nova situação. Em 1943 isso era uma inovação porque, até então, toda conspiração era militar. Exploraram então o que tinham de superior, que era sua capacidade de atuar dentro do aparelho militar, capacidade que, como vimos, não tinha nenhum outro setor. Expurgado o exército, o MNR explora em 1949 a perda que teve entre os militares compensando-a com sua influência nas massas mesmas e por isso tem de propor como guerra civil o que antes teve de existir como conspiração.

O que vem em seguida é típico de um poder em desagregação. Apesar de o sistema eleitoral ser de voto qualificado, o que excluía a maior parte dos operários e todos os camponeses, Paz Estenssoro, chefe do MNR, saiu vencedor das eleições de 1951. Se a oligarquia tivesse tido confiança no funcionamento de sua própria democracia e, em particular, em seu controle sobre o exército, ter-lhe-ia sido factível entregar o poder ao vencedor e, entretanto, bloquear legalmente seu programa ou condicioná-lo e inclusive (isto já é uma hipótese) apoiar o MNR em suas relações com os aliados perigosos, que eram os mineiros (tal como fez a direita no Chile, com Allende). Preferiu, porém, o caminho mais rotineiro de desconhecer as eleições, alçar no poder uma nova junta mili-

tar e, enfim, suprimir todas as alternativas democráticas. Com isso se completaram as condições subjetivas para que, menos de um ano depois, existisse a insurreição de massas de 9 de abril de 1952.

XVIII. INSURREIÇÃO POPULAR DE 1952

Este é talvez o acontecimento mais extraordinário de toda a história da República⁹. O fato de, em sua forma, se tratar de um golpe de Estado transformado em insurreição significa a um só tempo que o MNR — cujos negociadores ou conspiradores eram, no caso, Lechin e Siles —, propunha como simples mudança do aparelho estatal o que ia ocorrer na realidade em termos muito maiores, ou seja, a substituição de um Estado por outro, de um bloco de classes por outro, isto é, uma revolução completa. Explorando as condições que vinham do prolongado processo de dissolução do poder oligárquico, Lechin comprometeu na conspiração inicial nada menos que Seleme, ministro do Interior e, sem dúvida, o segundo homem do regime. Travado o combate, Seleme não pôde senão entregar algumas centenas de fuzis que foram dar em mãos dos fabris de La Paz e dos mineiros de Milluni, que tinham sido massacrados com crueldade em 1950. O exército resistiu, sobretudo por meio de suas tropas seletas, como o Colégio Militar, mas a tática popular se fundamentou em dois pivôs de êxito: primeiro, no obrigar o exército a dividir o combate numa infinidade de pequenos combates, com a qual ele teve de entrar em contato com a massa da população; em tais condições, a deserção de soldados alcançou uma proporção enorme. Era a aplicação da tática dos “curraizinhos”, usada pelos paraguaios contra os bolivianos, mas aplicada a uma insurreição urbana. Depois, obstruindo a logística militar. No combate na cidade o dilema se apresentava aos oficiais em termos crudelíssimos: ou arrasavam os bairros um a um, com a aviação e as armas pesadas ou tinham de se resignar a lutar quase com os mesmos elementos de guerra que usava o povo, ou seja, as armas ligeiras, com o fator adicional de que o número de armas em mãos civis não fazia mais que aumentar pela deserção dos soldados ou sua captura. A massa anônima era, portanto, o cenário natural no qual se travava esta guerra de três dias. Os oficiais não se atreveram, a não ser ocasionalmente, ao uso das armas pesadas. Por outro lado, enquanto os combatentes populares recebiam o caloroso apoio do povo, em abrigo, alimentos e todo tipo de proteção, o exército tinha de abastecer-se, ou saqueando o povo, ou enfrentando o cerco dos atiradores espalhados por tetos, becos e esquinas.

Teve, sem dúvida, grande importância a tomada de Oruro, que foi obra dos operários da mina de San José. Isso permitiu que organizassem um sacrifi-

9. Quadra popular: “Caralho, dêem-me um fuzil/dêem-me um fuzil, companheiros/Manuel morreu em abril” (*Cueca con pañuelo negro para Manuel Sombrerero*, de Jorge Suárez).

cado combate que impediu a passagem das tropas do sul sobre La Paz e favoreceu em troca a concentração na cidade dos operários que vinham dos distritos mineiros. Em tais condições, logo que o avanço dos mineiros de Milluni colocou o regimento Bolívar entre dois fogos e o aniquilou, o exército não pôde resistir mais de três dias de combate e começou a ser desarmado, primeiro em grande escala, com a tomada do arsenal, e depois parte por parte, em ações a cargo do povo em geral e sem comando centralizado algum. O exército havia sido dissolvido pela própria insurreição, e o general Torres Ortiz, seu comandante, teve de render-se formalmente em Lajas, a uns 20 quilômetros de La Paz. Tal é, num resumo que se mostra frustrante, o conteúdo daquelas extraordinárias jornadas.

Na qualidade de sua conclusão, a insurreição tem, sem sombra de dúvida, um caráter espontâneo, porque ninguém podia avaliar previamente o modo de concorrência das classes nem a (simbólica) direção da ação das massas podia medir a dimensão do acontecimento, que estava assinalada pela liquidação material e concreta do Estado oligárquico e pela constituição de um Estado distinto. Os portadores da nova burguesia entravam no novo Estado nas condições dadas pelas massas. Não haviam pensado nisso; é verdade, todavia, que haviam planejado introduzir essas massas na política, através do uso do velho aparelho estatal, desta vez em suas mãos, mas intacto em seu caráter. Havia, pois, uma diferença entre uma coisa e a outra. Por outro lado, se aqui falamos de massas é tão-somente uma maneira de dizer; são as massas — artesãos, lumpen, pequena burguesia, estudantes — *ao redor* do esqueleto combatente, que era a classe operária. Os operários, de fato, que haviam desempenhado o papel central no combate e que haviam desbaratado o exército, se comportaram como o que eram, isto é, como os donos da situação. Havia, porém, no movimento proletário uma duplicação; sentiam-se, por um lado, integrantes do movimento democrático considerado como generalidade e, portanto, impuseram como algo natural o retorno de Paz Estenssoro e a reivindicação de sua presidência, como emergência da vitória nas eleições de 1951. Mas, por outro lado, eram portadores semi-conscientes de seu próprio programa, que era o que figurava na tese de Pulacayo, aprovada em 1947. Lechín expressava o movimento democrático; o programa operário, por seu turno, demonstrou ser um germe impossível de desenvolver-se enquanto não se diferenciasse a classe do movimento geral democrático, vale dizer, já como partido operário.

XIX. O CARÁTER DA REVOLUÇÃO

Uma coisa é que os grandes sentimentos e a própria grandeza se realizem nos indivíduos ou nos grupos, e outra coisa que assumam eles um caráter de massa. Por isso, no nível boliviano, pode-se dizer da insurreição de 1952 o mesmo que escreveu Hegel da Revolução Francesa: “Todos os seres pensantes ce-

lebraram esta época. Uma emoção sublime reinava naquele tempo. O entusiasmo do espírito estremeceu o mundo, como se só então se tivesse chegado à efetiva reconciliação do divino com o mundo”.

A insurreição triunfante, de fato, cria um momento de disponibilidade total do poder. A chave foi dada pelas massas, porque se situa na destruição do velho aparato repressivo. Se não houvesse ocorrido aquilo, teríamos estado somente diante de uma mudança dentro do velho Estado. Para isso houve necessidade de duas condições: primeiro, a divisão do próprio aparato repressivo, que não era senão um eco material da dissolução ideológica daquele Estado; segundo, a participação das massas. Com tudo isso se configura o caráter de uma autêntica insurreição democrático-burguesa; mas é algo que propõe ao mesmo tempo vários problemas conseqüentes à análise.

É certo que o Estado oligárquico tinha uma cúpula efetivamente burguesa ou capitalista. Ninguém pode dizer que Patiño, Aramayo ou Hoschild (e não só eles) não fossem burgueses. Sua ideologia, porém, não o era, e se falamos de Estado oligárquico é, precisamente, para fixar certa conotação. Era uma burguesia que não era burguesa, a não ser em certos aspectos muito específicos de sua acumulação, ou seja, burguesa em sua riqueza mas não em seu projeto; como alcance nacional, por outro lado, fundava seu próprio poder numa articulação não burguesa das relações produtivas existentes no país e, em último termo, era a burguesia que impedia a realização *in pleno* das tarefas burguesas. É o próprio Marx que prevê em alguns de seus textos a necessidade de a revolução burguesa lutar contra certos setores da burguesia ligados à superestrutura anterior, como a burguesia comercial em relação à monarquia absoluta etc. Pode-se aduzir também que na frente democrática (isto era o MNR) não figuravam senão de modo esporádico elementos provenientes da burguesia e que, portanto, mal pode chamar-se burguesa uma revolução na qual não concorre a burguesia efetiva e que, além disso, derruba a burguesia verdadeira, a existente. Isto é verdade, mas é aqui que a pequena burguesia, por sua familiaridade tradicional com a classe dominante, funcionava como uma sorte de exército de reserva daquela classe dominante e que, na circunstância, passou a comportar-se como uma sorte de pré-burguesia porquanto tendia de maneira inelutável a criar burguesia e a converter-se em burguesia ela própria. É aqui que os mesmos que não são ainda burgueses têm, contudo, uma consciência atual muito mais profunda das tarefas burguesas que a burguesia que, por outro lado, estava resolvida a obstruir.

Não há muitas novidades em tudo isto. A presença de um setor capitalista, ainda que seja um tão pequeno como o que havia na Bolívia, cria incentivos de aburguesamento. Mas, se a burguesia origina ao mesmo tempo modalidades não de expansão mas de restrição ou fechamento, isto é, se tem um comportamento oligárquico, os setores que querem aburguesar-se acabam por atuar como verdadeiras frações burguesas descontentes e embora, a princípio, não

se proponham mais que a ampliação de uma classe, vêm-se obrigadas a destruí-la para reconstruí-la de imediato com maior amplitude e autenticidade. O elemento de “substituição de uma classe por outra na natureza de classe do poder político” se dá aqui neste sentido. Primeiramente, o poder foi dar em mãos da frente de massas e, por um momento, se concentrou na classe operária. Depois, vista a impotência das massas ante si mesmas, o poder foi dar em mãos, no essencial, da pequena burguesia em seu conteúdo pré-burguês. Mas, de qualquer maneira, não há dúvida de que aqui uma classe substitui outra, que um Estado se ergueu sobre a destruição do anterior e que o papel decisivo foi desempenhado pelas massas.

Agora então, nestas ordens tão matizadas do fundo classista, temos de nos perguntar que é que define o caráter de uma revolução. Apresentam-se aspectos subjetivos e objetivos. Primeiramente, o objeto que se busca e também o sujeito classista que desempenha o papel protagônico. Não é raro o caso de alguns que definem as tarefas pela via de quem as realiza e, neste caso, por exemplo, seria proletário tudo o que o proletariado faz. Em tal sentido, posto que a classe preponderante no momento de clímax foi o proletariado, que oficiava de organizador elementar e chefe de todos os demais setores oprimidos, então teríamos de falar de 1952 como de uma revolução proletária. É um critério impertinente sob todos os aspectos. Tampouco é um ponto forte de definição o objeto que o processo busca. Aqui, dito de modo mais simples, buscavam-se objetivos diferentes, segundo a classe e o setor da classe, embora todos eles estivessem dentro do pacto revolucionário. Além do mais, não estava tão claro para cada um destes setores o que é que queria com efeito extrair de tal processo, salvo talvez para os camponeses. O proletariado, por seu turno, não era ainda na realidade proletariado; estava plasmando sua introdução material não mais nas disputas históricas em geral, mas sim na questão do poder, que é sua culminação. Mas não era um questionamento consciente do tema do poder e, em geral, pode dizer-se ao mesmo tempo que era uma classe tão vitoriosa quanto impotente, ainda distante de sua própria ideologia, que é o marxismo. Não se havia dado no proletariado a fusão entre seu impulso democrático espontâneo e o socialismo como ciência, ou seja entre a massa pura e a consciência. O que define portanto uma revolução em geral e esta em particular não é o que se supõe que se quer nela, nem o caráter dos sujeitos classistas executantes, embora um aspecto e outro tenham óbvia transcendência, mas sim o curso objetivo ou as tarefas que se executam, que são o comprovável dentro do processo revolucionário, seu resultante como soma das coordenadas compostas pelas influências classistas.

XX. LECHIN

Tal é o que pode chamar-se o acervo de classe da revolução. Temos uma situação revolucionária típica: é a festa da plebe. Agora, a maneira como se

resolve uma situação revolucionária (porque, sendo uma definição em si mesma, contém não obstante sua própria indefinição) é o que determina o curso das coisas por um longo período. Hoje, por exemplo, o que vivemos é resultado da maneira como se concretizou a situação revolucionária de 1952. Aqui se produzem fatos que se apresentam como misteriosos mas que não o são; dentro da força das coisas está escondida a fraqueza das coisas. Neste momento, os amos são os operários, amos em andrajos — ou *khestis*¹⁰ — mas amos verdadeiros. Por que se detêm, porém, diante do forte histórico da classe dominante, como os *communards* diante das portas do Banco da França? Cada classe atrasada tem um Banco da França que não pode derrubar. Não havia aparato repressivo capaz de resistir-lhes (havia sido dissolvido, com suas mãos e por eles mesmos); entretanto, entregam seu poder de bom ou mau grado à pequena burguesia, dentro da qual havia alguns jacobinos e outros que não o eram tanto. Por que o fazem? Em princípio porque, embora aqui atuassem como o partido operário (no sentido do primeiro Marx), contudo, isso nada significava porque o partido operário não se havia desprendido do partido democrático em geral. Quando não se produz esta diferenciação, não é o partido operário que impõe seu caráter ao movimento democrático, mas sim o movimento democrático que recebe caráter da pequena burguesia. Esta relação se concretiza de um modo bem definido em Lechín, o chefe indiscutível da classe operária. Temos aqui uma personalidade tão sedutora quanto entregue à aventura histórica, tão combativa e insistente quanto não despojável de um hálito de insólita frivolidade. Como se disséssemos, a ação enamorada da ação e sem outro fim que não fosse ela mesma. Foi Lechín, certamente, um instrumento de eficácia imprevista para a classe operária em sua necessidade de dialogar com a pequena burguesia; mas não há dúvida de que foi, ao mesmo tempo, a classe operária um instrumento de Lechín para existir ante a pequena burguesia, que privilegiava outro estilo: o paradigma dos pequeno-burgueses era Paz Estenssoro, isto é, aquele que tivesse as virtudes de um burocrata moderno. Nem Paz nem seus congêneres puderam expressar a profundidade da revolução — havia mil razões para tanto —, mas tampouco Lechín, que aspirava a triunfar entre os pequeno-burgueses e não a que a classe operária, como classe para si mesma, triunfasse entre as classes da revolução¹¹. Quando a relação marchou pelo curso previsto, parecia não haver um problema: dir-se-ia que então se dava por evidente que os operários deviam pôr a coragem e o sacrifício e que os doutores, seu bom conhecimento das coisas do Estado. Mas quando uma coisa começou a incomodar a outra, o próprio Lechín teve de cumprir seu papel com maior dificuldade a cada vez. Afinal, por que tinha de seguir a classe que re-

10. Tisnados (termo aymará).

11. O êxito do estilo entre austero e literal de Paz Estenssoro manifestava a impaciência da pequena burguesia por modernizar um país que ela sentia provinciano e caótico.

presentava com certa conseqüência, ainda que em meio a suas veleidades intermináveis, suas próprias relações com a pequena burguesia tiveram de arruinar-se. Ele era, sem dúvida, para a pequena burguesia do MNR, cada vez mais determinada a cumprir seu projeto burguês, uma personagem irritante, impositiva e indecifrável, pelo menos no manejo das formas; mas também, personagem necessária — como uma venda — porque representava o verdadeiro poder que não se atrevia a concretizar-se como poder ou não sabia como fazê-lo e, por último, personagem submissa no fundo porque jamais deixou de admitir o programa histórico, de aparência muito mais coerente, que lhe ofereciam os doutores do MNR. Ora, o programa daquela pequena burguesia era a unidade nacional, a construção do Estado nacional, e tudo isso entendido como a reconstrução da burguesia, mas desta vez em termos nacionais, isto é, globais. Queriam um patifnismo muito mais numeroso, não localizado numa região e com um Estado que o administrasse como poder; uma burguesia fora do aparelho de Estado, uma burguesia dotada de sua própria ideologia nacional-burguesa. Idéias burguesas, sem dúvida, mas não absurdas, se fundamentavam em requerimentos por certo reais da estrutura do país. A classe operária tinha, por seu turno, teses arrojadas mas não um programa de classe; por conseguinte, Lechín não fazia outra coisa senão apoiar o programa da pequena burguesia, mas dando-lhe um tom radical que só servia para fortalecê-la. “*A Bolívia — escreveu um teórico reacionário de então — tem sido sempre um país extremista.*”¹²

XXI. GRANDEZA E MISÉRIA DA ÉPOCA

Idéias, todas — por outro lado — corretas em seu contexto mas irrealizáveis a não ser de uma maneira muito mais reacionária do que o ponto do qual haviam pensado ou de um modo muito mais radical do que aquele setor de pensadores podia aceitar. A própria enumeração das medidas dá o tom das coisas, mas aqui deve-se ter em conta que uma medida não se propõe e sequer se apóia; para existir no terreno objetivo, ela deve já estar presente, dessa maneira, na cabeça das pessoas. Assim ocorreu. A nacionalização das minas, por exemplo, significou a expropriação de quase todo o capital estrangeiro investido naquele momento no país. Mas o imperialismo, que seguia de muito perto os fatos da Bolívia, não tardou a impor indenizações excessivas e, além disso, manteve o controle dos setores-chaves da mineração, impedindo a instalação das fundições, monopolizando o transporte etc. É certo que, em determinado momento, pode-se retroceder ou que a economia pode postergar-se a serviço da política; mas isso é válido somente se a transigência na tática serve para assegurar a certeza da estratégia. Aqui não houve nada disso, e tudo resultou num grande negócio para os velhos donos das minas.

12. Jorge Siles SALINAS VEGA, em *A propósito de la ejemplaridad*.

Quanto à reforma agrária, temos já, aqui, uma obra das massas mesmas sob o impulso da classe operária. Em sua realização, muito anterior à lei e, depois, dando a forma e a aplicação que queria à lei, atuaram centenas de agitadores sociais que surgiram da entranha das lutas sociais do país; a origem política desta classe de reformadores do campo ultrapassava amplamente o MNR ou qualquer grupo específico. Tratava-se de uma expressão em grande escala de quanto havia acumulado, com dificuldades ou sem elas, a consciência social sobre o problema. Por isso não se mostrava estranho que seu resultado fosse a liquidação, total na prática, da classe dos latifundiários senhoriais como classe mesmo, sua extinção material. Foi, sem dúvida, uma desorganizada tarefa de distribuição de parcelas e uma organização empírica do campesinado a imagem e semelhança do sindicato operário; com isso, a produção só podia ficar desorganizada, mas a exploração da terra era tão atrasada que, apesar de tudo, a produção aumentou bastante depois de poucos anos.

Falou-se muito também da reforma educacional, mas ela se reduziu à construção de um número maior de escolas no campo, o que não era difícil já que quase não existia educação alguma no campo antes de 1952. Por outro lado, dando coerência a medidas que pareciam não tê-la, a empresa estatal mineira engendrada com a nacionalização da Grande Mineração, a Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL) tornou-se um centro de acumulação capitalista, e é a partir dela que se cria a nova burguesia mineira (a chamada mineração média) que se converterá num dos pólos centrais da burguesia pós-1952. Nisto se manifesta o caráter precocemente capitalista do Estado de 1952: a mineração nacionalizada é utilizada pelo MNR, de fato, como uma propriedade de toda a classe burguesa em gestação ou já existente e é um campo de geração de burguesia a partir do Estado. Por outro lado, os esforços se concentram na abertura da região de Santa Cruz, dentro do pensamento de integração geográfica do Estado nacional, região onde, sob uma intensa promoção do processo de acumulação a partir do aparelho do Estado, gera-se o outro pólo burguês moderno, o da burguesia capitalista agrícola.

Pois bem, assim como Busch e Villarroel haviam mostrado o momento heróico da pequena burguesia, o MNR demonstrará aqui, por um lado, as dificuldades objetivas para o surgimento de um processo burguês eficiente (as que são próprias de um projeto de burguesia tardia, na fase do imperialismo) e também a pobreza de seus horizontes intelectuais. Podíamos culpá-los de não serem homens grandes em meio a acontecimentos impregnados de grandeza popular; por ser homens, ao fim e ao cabo, vulgares em meio aos fatos supremos. Mas expressavam o que o país havia podido dar como racionalidade e ordenamento. Depois de tudo, Paz Estenssoro é o que Busch teria querido ser, embora seja evidente que Paz Estenssoro jamais teria podido ser Busch. O próprio fato de que Paz Estenssoro pudesse tornar-se chefe do MNR era expressivo: era como a medida exata; enquanto homens como Montenegro aturdiavam a pe-

quena burguesia emenerista com a exuberância de seu talento e sua cultura; por outro lado, homens como Siles Zuazo, que não ofereciam mais que virtudes de outra época em troca de uma formação convencional, tampouco acabavam por satisfazer um projeto que, afinal de contas, não deixava de ter suas aspirações. Elegeram Paz Estenssoro, isto é, um homem capaz de fazer um bom orçamento e que pretendia o bem do país em termos de projetos módicos e possíveis. Desejava algo assim como um país bem alimentado, com escolas suficientes e bons costumes pessoais. Isso, num lugar onde tudo havia sido confrontação, desordem, traições monstruosas e grandezas inexplicáveis, resultava, de veras, num programa atraente, pacífico e construtivo.

Para realizar o plano econômico de integração do país e de acumulação burguesa, em qualquer outro país, não teria sido necessário fazer uma revolução. Eram tarefas que cumpre qualquer Estado burguês, embora seja apenas uma das características dos latino-americanos. A Corfo no Chile, a partir de Aguirre Cerda, ou a política protecionista de Perón tinha ido mais longe sem semelhantes exagerações no processo social. Entretanto, aqui, para um plano tão modesto que sequer implicava ainda a aparição de uma burguesia industrial, era necessário destruir todo o aparato estatal prévio. Por isso, embora seja fácil deter-se na anedota burocrática de Paz ou no civismo à moda do século XIX, que enfeitava a mediocridade da visão que Siles tinha do processo, é preciso ter em conta a outra face da medalha. A consciência do atraso do país, de um atraso patente, insultante, agressivo, era tão tensa em Paz Estenssoro que o conduzia a imaginar que não devia pensar-se em grandes planos duvidosos, mas sim em realizar planos concretos possíveis, não importava se ao preço de certas abdições. Siles Zuazo, por seu turno, de fato, viveu a fase mais árdua da anarquia revolucionária. É evidente que ele se entregou a uma saída conservadora em sua luta contra a anarquia, mas é também evidente que a anarquia existia. O atraso escondia seu bem paradoxal porque, sem ele, o velho Estado não teria sido destrutível. A anarquia, por certo, não era só desordem: dentro dela estava o movimento do povo, a não passividade. Mas há por acaso algo mais temível para uma destas pequenas pessoas que o atraso e a anarquia?

XXII. O IRREVERSÍVEL DAS MASSAS E DE SEUS INIMIGOS

Que faziam, entrementes, seus rivais ou os que pensamos agora como seus rivais, posto que eles mesmos não se sentiam como tais nesse momento? Eram os operários, em primeiro lugar, a força para frustrar as tentativas contrarrevolucionárias da oligarquia. Esta, sem dúvida, não podia propor uma guerra civil porque não tinha, após sua derrubada ideológica, o número de homens necessário, mas se os operários não tivessem atuado com efetivo braço repressivo da nova ordem, o próprio exército reorganizado não teria demorado a tentar

uma espécie de restauração. Executavam, por outro lado, a reforma agrária, é certo que com a cumplicidade consciente ou inconsciente de milhares de homens saídos da pobreza das camadas intermediárias. De onde vinha, de fato, o maior poder dos operários? De sua colocação efetiva no processo da produção, o qual se derivava de imediato numa tendência organizativa mais compacta, embora seja claro que, por enquanto, aquilo não chegava a expressar-se mais além do universo do sindicato. Vemos aqui, aliás, como um grande poder relativo serve de muito pouco quando os operários não estão em condições de utilizar o maior fruto do proletariado no capitalismo em geral, que é o socialismo científico. Sem isto, eram como uma força cega e perambulante. Estavam criando as condições de êxito para seus futuros inimigos; por um lado, vencendo todos os dias com seus próprios braços os inimigos de seus inimigos; por outro lado, constituindo a classe dos produtores independentes do campo, setor que ia ser, não muito depois, o principal suporte do novo Estado para dar-lhe a paz social necessária para que a burguesia completasse sua nova acumulação e pudesse resistir ao duradouro assédio proletário. Tudo isso pertence à índole das alternativas duríssimas que tem de atravessar uma classe para formar-se a si mesma.

Tal coisa tem, como é natural, seus próprios conteúdos. O principal resultado do período foi a presença global das massas e sua organização. O fato de os operários não saberem explorar seu poder suprime toda a importância do fato irreversível de que atuavam como classe de poder¹³. Pelo contrário, não há nada mais normal no mundo que uma classe nova não saber das coisas do poder. De outra parte, o fato de que a organização dos camponeses acabasse por vinculá-los ao Estado (ao novo Estado burguês) e não à classe operária e que os convertesse na base social da experiência daquele tampouco suprime o desiderato de que uma massa secularmente reduzida a objeto inerte da história se converta de pronto num fator do poder político e, às vezes, como se verá de imediato, em fator de primeira ordem, ainda que esse poder se utilize contra a mesma classe operária que os havia libertado. Estamos acostumados a uma aliança operário-camponesa na qual os camponeses asseguram o porvir do poder proletário, como ocorreu no esquema soviético; mas aqui, foram os operários que retrocederam em sua própria vida política como resultado de sua honradez democrática para com os camponeses. Nem todas as alianças de classe conduzem, pois, ao mesmo fim.

Quando se pensa nestes problemas — se é que deveras se quer compreender a importância suprema do fato que consiste na presença sem retorno das massas dentro do novo Estado —, há que se enlaçar a questão com a história da classe dominante como tal na Bolívia. Em geral, é discutível falar de uma

13. A palavra *irreversível* se usava então com frequência extrema. Isto — o ser classe de poder, classe que pensa no poder como coisa sua — era, porém, o único deveras irreversível.

classe dominante como continuidade, salvo por exceção¹⁴. Na realidade, a história é a sucessão de suas classes dominantes. Algumas vezes, porém, o que se produz é uma mutação dentro da mesmice de uma dominação, uma metamorfose dentro do estatuto opressivo. Temos visto, embora talvez não com a necessária clareza, como, ao fim e ao cabo, estes que chamamos os ativos pequeno-burgueses do MNR eram, na verdade, membros deserdados da velha casta maldita dominante no país, cujas origens estão na própria conquista. É bastante explicável que, ante o comportamento excludente e oligárquico do núcleo desta casta, tanto mais endogênico quanto mais arraigado enquistamento de sua ideologia, o setor menos beneficiado e crescentemente despojado dentro de tal *status* se expressasse como grupo protestante, revisionista e jacobiano. Era o que temia uma mais direta visibilidade do fato. Isto no tocante à autodestruição interna da casta capaz, entretanto, de atravessar a diversidade de suas formas classistas.

XXIII. OS ÍNDIOS E A CASTA MALDITA

Por outro lado, a presença dos camponeses índios (este grupo que não se pode reduzir a sua diferenciação cultural por causa das mediações intermináveis da mestiçagem, e tampouco a seu mero traço classista por causa de seus poderosos conteúdos culturais diferenciados) é, na história do país, uma presença sempre esporádica e por explosões. Quando entram nela, na história do país, é como se entrassem no movimento vindo a partir da geografia, isto é, como um *malón**. Catari proibiu o pão porque era espanhol e mandou cortar a língua de alguns que se atreveram a expressar-se na língua de Castela diante dele; Belzu lançou os índios contra os ballivianistas, mas depois se intimidou de um modo bem parecido ao dos emeneristas com as barafunda do ingresso das massas índias; os índios mataram a escolta acompanhante de Melgarejo, “besta bêbada” como o chamou Neruda, que só se salvou por sua sobre-humana força maldita mas, não eram aptos mais que para uma vingança, sabendo que a vingança não constitui nada. Talvez o mais parecido com 1952 tenha sido o episódio de Willka, na guerra federal; aqui, porém, outra vez, o poder índio se colocava como o extermínio do não-índio, num país onde ninguém saberá nunca onde começa a cor de uma pele. Os séculos inteiros do país estão marcados pelos levantamentos ou alçamentos; é como se a Bolívia inteira não fosse mais que o que se construiu intramuros das defesas levantadas contra um território povoado pela indiada. É por isso que Juan Francisco Bedregal se perguntava se aqui era o índio um problema para o branco ou o branco um problema

* *malón*: ataque inesperado dos índios (N. do T.).

14. Mas uma classe dominante pode, de fato, atravessar diferentes fases produtivas conservando-

para o índio. A questão do poder deste país encurralado no flanco de sua minoria era, portanto, como no tempo das guerras entre os Pizarro e os Almagro, a que se resolvia dentro dos limites desta casta superior brancoíde.

Agora, em 1952, entretanto, os índios, já consideravelmente mestiçados, que eram como brancos confusos que “riam em quíchua” (segundo a feliz expressão de Carlos Medinaceli), fizeram churrasco dos reprodutores que Patiño trouxera para sua fazenda de Pairumani e sapatearam com suas mulas nas quadras de tênis preparadas com pó de tijolo inglês por Aramayo, milionário inglês em suas preferências mas, de sobrenome quíchua ele próprio. Portanto, o reaparecimento do *malón* ganha um caráter fartamente diverso. Não é mais Martín Fierro lutando contra o índio e sim o índio entrando pela porta de Martín Fierro e com sua cumplicidade. É, em suma, uma reaparição para permanecer. A própria reação que havia escrito *El pueblo enfermo*¹⁵ se tornará indigenista para defender-se do poder dos mineiros. É o assédio operário que obriga a velha casta desgraçada à tarefa de abrir de porta em porta o ingresso dos índios para convertê-los, agora tranquilos com suas quatro conquistas por causa de seu triste atraso, em seus aliados. A partir daí, tudo deverá resolver-se tendo em conta os índios, que se tornam, pela primeira vez e para sempre, homens interiores na base humana do Estado, fato que implica uma vasta democratização da sociedade boliviana.

XXIV. RECONSTRUÇÃO DA CASTA SECULAR

A mobilização, entretanto, é tão extensa que ameaça de fato dar um fim material à casta dominante secular. É isto que produz um ato quase instintivo da classe: os dissidentes da velha casta dominante (o MNR e os demais impugnadores), que para vencer haviam precipitado a mobilização operário-camponesa, tornam-se, querendo-o ou não (aqui importa pouco a profundidade das convicções) o conduto pelo qual se reconstrói a mesma velha casta, só que agora dentro dos novos termos e desta vez como burguesia e não como mera oligarquia. Que o MNR em sua cúpula dirigente estivesse consciente disso ou não é pouco relevante; nos fatos, seu papel objetivo foi esse. Tal é o resultado principal da revolução: a casta dominante se converte de oligarquia em burguesia, embora tenha de se arranjar para sobreviver. O preço que deve pagar é a aceitação na esfera estatal da massa que havia estado sempre fora dela. O *quantum* dessa massa eram os camponeses índios e são os próprios operários que, graças a seu atraso ideológico, criam as condições para que o campeonado se alie com a nova burguesia, que agora tem de abandonar seus sentimentos racistas, pelo menos nas palavras.

15. É uma alusão ao reacionário livro racista de Alcides Arguedas, livro que foi como um evangelho da ideologia oligárquica.

Há aqui uma correlação de objetivos de classe. A convocatória ao movimento democrático-burguês havia saído da pequena burguesia urbana que, não em vão, tinha uma parte do monopólio ideológico¹⁶, a exclusividade no uso da oferta intelectual do país. Buscava ela, a pequena burguesia, a ampliação burguesa e o cumprimento das tarefas nacional-burguesas. A própria expansão democrática do âmbito de alcance estatal é uma conquista material das massas e não parte do programa pequeno-burguês, ainda que aceita por ele. Mas quando se fazem presentes os operários (e num primeiro momento também os camponeses), estes buscam já a destruição da casta secular dominante como tal. Neste momento, que é o do poder operário, ou da supremacia operária, a pequena burguesia passa a conduzir-se como funcionário ou delegado das massas. Acompanhava o poder proletário mas não acreditava nele. Isto mesmo contém dois fatos: primeiro, que a classe operária não sabia ou não podia, por qualquer razão, exercer seu poder por si mesma; segundo, que carecia de um projeto de concretização no tempo da liquidação da casta dominante como tal. Esta última comprovou, por seu turno, algo que é freqüente na história do mundo, que é a capacidade de classes sociais ou grupos determinados de atravessarem diferentes modos de produção, sobrevivendo e ao mesmo tempo transformando-se internamente. Aqui, porém, a sobrevivência se dá, não pela consistência do setor (considerável de todas as maneiras, pelo menos na obstinação de seus mitos), mas pela invertebração do movimento revolucionário.

Em seu momento mais revolucionário, a pequena burguesia crê no Estado (mas não no projeto operário, que não existiu senão na consistência das proclamações). É ridículo pensar nisso como um complô desde o princípio contra a classe operária; mas a pequena burguesia acreditava numa abstração — o Estado — e isto era como crer no esquema classista tal como se reproduzira. Quando se vê encurralada e acossada (pela própria equação classista, pela eternidade aparente do instante estatal), utiliza o Estado não só para converter-se a si mesma em burguesia, mas também para reconstituir a classe dominante como tal, pensando que não havia outro remédio senão esse. Quando é burguesia, pois transformou-se nessa nova entidade, *torna-se tão reacionária, inclusive de um modo já antiestatal*, como a própria oligarquia transfigurada em burguesia por meio daquela pequena burguesia.

Temos aqui um caso próximo (mas de forma alguma idêntico) ao que Lenin chama a via junker na formação da classe capitalista. A revolução democrática, entregue em sua condução à pequena burguesia que atua como pré-burguesia, transforma a classe dominante deste Estado de duas maneiras: por um lado, destruindo o setor que impedia a ampliação que era, por contraste, o único capitalista em sua atualidade; por outro, fazendo uma verdadeira trans-

16. Compartilhada com a oligarquia. Mas a sua, a ideologia de que era portadora a pequena burguesia, fez-se hegemônica frente à ruína da ideologia oligárquica.

ferência do setor pré-capitalista, impedindo-lhe sua sobrevivência como setor pré-capitalista, para zonas de acumulação capitalista. Além disso, o que no princípio parecia somente um mero matiz ou querela tática na situação revolucionária cresce, na medida em que tem de manifestar-se como formação econômico-política, até converte-se numa característica. Vê-se o mui diferente matiz que adquirem aquelas que são as mesmas tarefas — as mesmas enquanto forma — de acordo com o poder, isto é, a classe social que as execute. Ocorreu assim na revolução alemã de 1848: aquilo que o povo não pode fazer, fê-lo Bismarck, mas de cima para baixo e o povo teve de pagar um elevado preço por não ter sido capaz de realizar no devido momento as tarefas devidas. Não há nada tão terrível quanto não sermos donos da vitória que nós mesmos obtivemos.

Todas as tentativas de restauração oligárquica são derrotadas, e são os operários e agora também os camponeses que atuam, tal como apontamos, como o braço armado e aparato repressivo do novo Estado. O próprio tempo, porém, irá atenuando as aspirações restauradores da oligarquia e este apetite restaurador se irá aproximando, sem dúvida, dos próprios contornos, cada vez mais conservadores, do novo Estado. No projeto de reconstrução do exército, por exemplo, sabe-se que Ovando desempenhou desde o princípio um papel bastante importante; tanto ele quanto outros oficiais (digamos Sanjinés Goitia¹⁷, pensavam na reconstrução do velho exército oligárquico e não em coisa diferente. O fato de terem podido levar a cabo seu projeto *dentro* da revolução é um sinal bem claro de que este mesmo processo havia criado suas tendências conservadoras, similares às dos setores reacionários do antigo regime.

XXV. PAVOR DAS CLASSES MÉDIAS

Uma fase revolucionária é, para as sociedades, o mesmo que um cataclisma para a geografia. Há uma fase de caos, de incerteza e indefinição que é inseparável de tal tipo de acontecimentos. É difícil ver em outros casos, com a nitidez que este nos oferece, o papel do Estado como atmosfera das relações produtivas, ou seja, atuando em sua função reprodutiva ao mesmo tempo que como uma verdadeira força de produção. Ao não se saber, na situação revolucionária, o que o Estado quer (levando-se em conta que o querer do Estado é algo muito distinto do ato individual de vontade), mas, sobretudo, se há a dúvida acerca da irresistibilidade da vontade do novo Estado, as próprias relações de produção tentam reacomodar-se por si mesmas e é a economia que primeiro sente a falta de existência definida na ordem dos conceitos da sociedade. A conversão do servo em produtor independente de tipo mercantil contém um parênteses no qual ele não é uma coisa nem outra: deixou de ser escravo,

17. Jovem oficial da oligarquia. Homem de confiança dos norte-americanos na preparação do golpe que levou Barrientos ao poder.

mas ainda não é o que já pode ser, isto é, produtor independente que compete no mercado. Os técnicos e engenheiros nas unidades capitalistas, como as minas, estão muito mais vinculadas pela ideologia com os antigos patrões que com o Estado que tomou as empresas. A própria repressão, numa situação tão fluída, não podia exercitar-se senão como um fato classista, desordenado e amiúde arbitrário. Os oprimidos de sempre não tinham por que tratar com luvas de pelica aqueles que haviam sido os mais cruéis opressores. Mas os grupos intermediários não faziam a vivência disso senão como pura crueldade. Os declínios da produção se sentiram primeiramente no setor agrícola; mas não demoraram a alcançar a mineração, fonte única então do mercado exterior.

É bem conhecida a tendência autoritária própria da pequena burguesia. Exatamente por ser um setor que não pode encontrar a homogeneidade, a coerência nem a organização dentro de si mesmo, torna-se um desejo grupal autêntico o querer uma autoridade que venha de fora. Não é necessário abundar os exemplos sobre esta tendência. Na Bolívia, ela atingia sobretudo a pequena burguesia urbana, já que a nova classe dos camponeses parcelários era o que se chama uma *classe conforme*, por razões óbvias. A inflação, que fez passar o tipo de câmbio de 40 para 14 mil unidades por dólar, era como o símbolo desta situação povoada pelo terror dos milicianos, pela inexistência de exército, pelo controle operário com direito a veto, pela falta de alimentos e pelo empobrecimento de todos os setores com salários fixos. Se, ademais, se leva em conta que, no sistema de voto qualificado, estas classes médias elegiam em nome de todos, como única consolação por sua pobreza, é preciso imaginar o que elas podiam pensar de um mundo onde os sindicatos haviam substituído o Parlamento, as milícias o exército, e o voto universal o voto qualificado. A depredação da classe média urbana era evidente.

Ela viveu a época, portanto, como um pesadelo no qual, a seu ver, a própria nação era destruída; o peso da ideologia oligárquica fazia também com que as classes médias unificassem, no fundo de seu ser, a nação com a supremacia da velha casta. Os preconceitos antiindígenas não deixavam de desempenhar um papel considerável nestas posições. Aquele descontentamento adquiriu um acento desesperado. E foi um partido hispanista e nacionalista — a Falange¹⁸ — e os grupos que exerciam nela sua militância que, tal como se cumprissem um dever ardente, se entregaram aos sucessivos levantamentos que, embora financiados pela Grande Mineração, não deixavam de manifestar o descontentamento verdadeiro das camadas médias. O último destes alçamentos foi o de 19 de abril de 1959, no qual perdeu a vida o chefe desse movimento, Óscar Unzaga de la Vega.

18. Falange Socialista Boliviana. Partido fundado e chefiado por Oscar Unzaga de la Vega. Nacionalista de direita, foi o instrumento das classes conservadoras durante o período revolucionário seguinte a 1952.

A própria burguesia do MNR, porém, convertida agora em burocracia estatal, estava longe de não compartilhar de certa forma de tal estado de ânimo, embora com os devidos matizes, como é natural. No suicídio ou morte de Unzaga esteve presente um descontentamento classista, que pretendia representar a nação como conjunto; mas estava presente, também, um certo messianismo pessoal, uma apaixonada ambição subjetiva de poder. Unzaga se sentia o titular vivo de uma nação que pensava estar sendo destruída. Mas a dissidência de Guevara Arze¹⁹, que o conduziu finalmente a separar-se do poder do MNR e a lutar contra ele, e a própria reorganização do exército expressavam o mesmo: a idéia de que a superatuação operária estava desorganizando a Revolução e desvirtuando-a, de que nenhum plano coerente era compatível com esta presença ofuscante. Intelectuais, mais relevantes pela mediocridade de seu meio que por sua verdadeira penetração nas coisas, concluíram — posto que o setor operário era o mais imperativo na luta por seus salários na sucessão inflacionária —, como se fossem os mais vulgares empresários, que a causa da inflação eram as reivindicações operárias. Mas tanto aí quanto no que veremos em seguida — que é o momento do governo de Siles Zuazo — havia um fundo de verdade em tais conclusões: toda sociedade, inclusive a menos vertebrada, detesta a desordem; se o setor revolucionário não é capaz de propor, impor e construir uma ordem, o setor conservador do poder assumirá tal tarefa. Ou seja: aquilo que dizia de um modo reacionário a direita do MNR era verdadeiro, já que a classe operária era produtora de caos, não por causa de suas reivindicações, mas por causa de sua incapacidade de impor uma espécie de paz operária.

XXVI. COLONIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO NACIONAL PELO IMPERIALISMO

O ponto máximo da crise econômica se produz por volta de 1956, coincidindo com a chegada de Siles Zuazo ao poder. Este era um homem valoroso, conciso e também opaco; construiu uma carreira política a força de caráter e não era, sem dúvida, o mais dotado para imprimir uma compreensão universal da situação revolucionária. Siles pensava que o 9 de abril havia acontecido como consequência de sua direção (não dava voltas nisso) e que o papel fundamental havia sido desempenhado pelas classes médias que ele identificava com seus seguidores, ou seja, que não se dava conta finalmente dos próprios fatos que havia vivenciado no centro das coisas. Nesse momento, sem dúvida, a situação econômica se havia tornado desesperadora. O imperialismo norte-americano, que já havia obtido um *modus vivendi* provisório com o MNR a

19. Walter Guevara Arze, autor do “Manifesto aos Eleitores de Ayopaya”, a figura mais interessante do setor conservador do MNR.

partir da ajuda em alimentos (o que havia fluído, sem sombra de dúvida, na reorganização do exército e nas primeiras concessões petrolíferas), pôde então impor um plano econômico global. O enviado econômico dos Estados Unidos, George Jackson Eder, atuou com plenos poderes e suas memórias são talvez o documento mais humilhante que existe para a soberania da Bolívia. Atuou como um enviado da metrópole à colônia; mas isso foi possível não só pelas urgências da situação mas também pela desmoralização do nacionalismo, que estava mais preocupado com a “destruição” da economia por parte dos operários do que com a penetração imperialista. Eder impôs um plano de estabilização monetária que implicava a possibilidade de desenvolver a industrialização em torno da mineração e que condenava as empresas estatais a não serem outra coisa mais do que simples centros de acumulação da nova burguesia. O enviado se mostrava como um economista imperativo diante de interlocutores que estavam dispostos à aceitação do que se lhes dissesse, pois estavam convencidos de que a inflação era um pesadelo terrível e que a revolução, por seu turno, nada mais era que uma palavra, uma reconstrução amanhada dos fatos. Mas se um economista tão elementar como Eder pôde ter êxito no freio da inflação é fato que se deveu, em primeiro lugar, ao ânimo da pequena burguesia urbana, que apoiava Siles resolutamente, pelo menos neste aspecto; mais que isso, porém, pesou a quietude camponesa, que não era afetada pela inflação e que dava uma enorme margem política de manobra, inclusive para um plano tão torpe como o do estulto Eder. As conseqüências de se entregar a inteligência econômica a um estrangeiro eram as mesmas que se haviam vivido com a entrega da condução militar a Kundt, na guerra do Chaco. A presença do imperialismo norte-americano se fez invencível em seu crescimento e é uma derivação dela o fato de que todos os egressos do novo Colégio Militar passassem a treinar na Zona do Canal do Panamá; o fato de que, a partir de certo momento, não houvesse um só ministro do Interior que não acabasse por trabalhar com a inteligência norte-americana, ou que os gerentes das empresas norte-americanas, como a Grace, viessem a ser, ao mesmo tempo, dirigentes da empresa mineira estatal. Alguém poderia perguntar aqui, e da maneira mais legítima, como é que os mesmos que haviam vivido, na fundação de seu movimento, emoções tão nacionalistas que limitavam com o chauvinismo, uma desconfiança para com o estrangeiro que se convertia sem cessar em xenofobia, pudessem, com o passar dos anos, acabar fazendo tudo aquilo e entregando o mesmo petróleo por cuja defesa se supõe que haviam lutado. Nisto, sem dúvida, operou já certo terror às massas; pensaram que tinham de escolher entre a sobrevivência organizada do país e a sobrevivência desorganizada das massas, e elegeram a primeira. Por outro lado, é claro que o chauvinismo não produz consciência, não uma consciência capaz de defender-se, em todo caso. O que ele produz é um bloqueio que se parece com o isolamento e, por isso, suprimir o mundo como ato psicológico não significa, todavia, que o mundo de-

saparece. Quando reapareceu a necessidade do mundo, os nacionalistas não tinham uma visão lógica nem atual do mesmo e por isso se entregaram a algo desconhecido, pensando, talvez, que o podiam controlar. O provincianismo teve aqui efeitos dilaceradores; eram efeitos que não se diferenciavam do entreguismo.

XXVII. REFLUXO OPERÁRIO

Assim, o governo de Siles Zuazo assinala a decadência ou periclitación da influência operária. Em determinado momento tentou criar um movimento operário “próprio” (os chamados reestruturadores), paralelo e substitutivo do tradicional, o que demonstra até que ponto Siles pensava que o proletariado político era uma consequência lateral do MNR, isto é, fruto de algo maior e mais coerente, que ele tinha de acatar. Os excessos operários eram vistos, portanto, como resultado da agitação comunista, impura com relação à verdade do movimento. Embora Siles tenha fracassado em sua tentativa de fazer um sindicalismo “silista”, não há dúvida de que aqui o proletariado vivia um refluxo, que seu êxito não consistia agora mais que em sobreviver com um mínimo de autonomia e de que, por outro lado, o Estado de 1952 já tinha a força suficiente para acozá-lo sem ter a necessidade de recebê-lo. A fase bonapartista do processo revolucionário, que havia começado na segunda parte do governo de Paz Estenssoro, chegou a seu ápice. A burocracia jamais conseguiu um sindicalismo subordinado ao poder (o que vale dizer que a burocracia civil não submeteu a sindical, enquanto a militar aguardava sua hora), mas a época do poder subordinado ao sindicalismo tinha acabado. Mas os operários ainda saíam à luta toda vez que se davam tentativas propriamente contra-revolucionárias (como os de Unzaga ou o levantamento dos carabineiros de 1960), mas já estavam em contradição com os alinhamentos do poder, sobretudo, com o Plano de Estabilização Monetária. A desorientação operária era, contudo, algo muito evidente. Lechín mesmo, cujo corpo e cuja vida estavam no movimento operário mas cuja cabeça pertencia sem dúvida à pequena burguesia, a serviço de suas ambições tão voláteis, aspirava a obter uma convivência com os norte-americanos. Não se explica de outra maneira o fato de, ao mesmo tempo em que se opusera ao Plano de Estabilização, Lechín subscrever o chamado Plano Triangular, que era o resultado daquele no tangente à reorganização da mineração estatal. Ainda assim, a oposição operária a Siles Zuazo tinha ainda a força necessária para impor a reeleição de Paz Estenssoro para a sucessão e o nome de Lechín como seu vice-presidente (1960).

Era uma ilusão não só dos operários mas de toda a esquerda supor que a imposição deste binômio implicaria o retorno à fase revolucionária. Isto é algo recorrente na história. A fixação sentimental numa hora do passado costuma ser uma das mais ruins formas de alienação com relação ao imediato; em

nome do resgate do momento do passado que se considera que foi o da glória ou plenitude cometem-se as mais dolorosas arbitrariedades na análise das coisas tal como são em sua atualidade. Com efeito, assim como o governo de Siles Zuazo não foi mais que o desenvolvimento da parte final do primeiro período de Paz Estenssoro, o segundo governo deste foi a continuação dos alinhamentos dados pelos norte-americanos à política de Siles Zuazo. O país inteiro, seu exército, o próprio processo democrático-burguês, tudo estava ocupado pelo imperialismo norte-americano. Isso não podia mudar com Paz Estenssoro porque este, acostumado a mover-se segundo a força dos fatos, com a mesma atitude mental com que havia aceitado, como parte da natureza das coisas, as massas em ação em 1952, aceitava agora os norte-americanos; o importante agora para ele era canalizar a presença norte-americana rumo aos planos de desenvolvimento e assim o fez. Propôs um tipo de desenvolvimento econômico dentro do aceite ou do exigido pelo imperialismo²⁰.

Que o sucessor de Paz Estenssoro devia ser, na nova situação, Lechín era, por sua parte, uma espécie de subentendido e é verdade que o movimento operário estava disposto a conceder bastante, no que pensava ser uma mera tática, a serviço deste projeto. O plano norte-americano, porém, havia passado então da economia à política e estava longe de restringir-se somente ao freio de um assédio de massas; consistia, precisamente, no contrário do plano de Lechín, ou seja, na ruptura concreta de todo laço entre o MNR e o movimento operário e na aniquilação política deste.

Já no crepúsculo do regime de Siles, o exército chegou a cercar Siglo XX-Catavi, a maior concentração mineira, como emergência de um incidente grevista. Os operários repetiram então o que haviam feito na guerra civil de 1949: tomaram como reféns os engenheiros norte-americanos e ameaçaram de executá-los caso o exército ingressasse nas minas. A mediação de Lechín impediu que as coisas chegassem a esse ponto, mas era visível a decomposição de tudo. A prova de que se tratava de um plano previsto e não de uma mera emergência se deu quando Henderson, embaixador norte-americano da estação, propôs a Paz Estenssoro em 1964 uma sorte de silogismo não tão diplomático, embora seja certo que aquele ianque não estava de forma alguma dotado pela natureza para saber o que fosse um silogismo. Em todo caso, a proposta podia resumir-se assim:

Premissa primeira: A segunda parte do Plano Triangular não se pode concretizar se expertos americanos não supervisionam *in situ* a execução da primeira parte.

20. Ao contrário do que fez o no período de 1952-55, quando tentou um tipo de desenvolvimento sustentado pela poupança interna. Esta experiência, que pertence à fase do maior compromisso revolucionário, foi o fundamento, por exemplo, de todo o desenvolvimento posterior da região de Santa Cruz.

Premissa segunda: Tal supervisão não é possível se não se oferecem garantias aos ditos técnicos para o cumprimento de sua missão, e essas garantias não são possíveis sem a presença do exército nos distritos mineiros.

Logo, intervenção militar pura e simples. Intervenção não pacífica, ademais, já que os mineiros, sempre a bordo de um instinto recoso para com os militares, de nenhuma maneira admitiriam a presença militar sem contrapor-lhe seu próprio aparato armado. Todavia, Paz Estenssoro avaliou as coisas com correção, deu-se conta de que a coisa continua matanças garantidas e se negou a aceitar a coisa. Henderson então recuou e acabou por aceitar, rangendo os dentes, aquela posição do Presidente. Mas foi apenas um adiamento. Um ano depois, deposto Paz, o exército entraria a sangue e a fogo em todos os distritos mineiros, através daquilo que seria conhecido como as grandes matanças de 1965.

A história do país começa aqui a mover-se dentro dos perfis dados pelas modalidades norte-americanas de ação através de seus serviços de inteligência, sobretudo a CIA. O *entourage* de Lechín, como se supõe, mesclava lutadores sociais verdadeiros com uma burocracia sindical que se havia corrompido cada vez mais no transcurso do exercício do poder. Pois bem: um dos “homens de confiança” do caudilho sindical invadiu por azar uma fábrica de cocaína em Cochabamba. Não entregou às autoridades a quantidade de drogas que havia capturado, comercializando-a por conta própria com o objetivo, segundo ele, de “adquirir armamento”. Em todo caso, com anuência de Lechín ou sem ela para a operação, o assunto foi detectado, não pelas autoridades, mas pela CIA, que tinha estreitos contactos com o então ministro do Interior, José Antonio Arze Murillo. Este, portanto, num verdadeiro acesso de moralidade, levantou o assunto, passando por cima do próprio Paz Estenssoro, a fim de produzir escândalo político e acusou de modo direto o vice-presidente Lechín, cujo julgamento solicitou ao Congresso. Lechín preferiu pensar que Arze Murillo havia agido aqui por encargo de Paz Estenssoro e não dos norte-americanos²¹; Paz Estenssoro, por seu turno, tentado pela possibilidade de uma reeleição, optou por calar-se no foro e, finalmente, ninguém remexeu a verdade das coisas que consistia em que a CIA impunha, com suas confusões e complôs, as decisões políticas. Uma duvidosa transação, que consistiu em afastar Lechín dando-lhe a embaixada na Itália e, ao mesmo tempo, impedir o julgamento, freou por enquanto o assunto. Mas já estava claro que o MNR havia rompido com o movimento operário. O fato de o movimento operário ter rompido com o MNR por uma questão de drogas, precipitada pela CIA, demonstra até onde se havia degenerado a política dentro daquilo que só mesmo por inércia continuava a chamar-se Revolução. O mundo agora não vinha à Bolívia com os em-

21. Philip Agee, porém, descreve em seu diário os contatos de Arze Murillo com a CIA. Ver Philip AGE, *CIA diary*.

préstimos nem com as idéias trazidas de Paris por gente como Alcides Arguedas; agora estava aqui, com seus próprios agentes. No costume da colonização, a classe política só aspirava acomodar-se da melhor maneira com os agentes do imperialismo. Poucas decadências têm sido tão pouco sensíveis ao interesse nacional quanto a decadência do nacionalismo. O nacionalismo havia baixado desde o fervor de Busch até o aluguel que Arze Murillo fazia de si mesmo para receber o dinheiro de Agee.

XXVIII. O DÉSPOTA IDIOTA

A justificativa que Paz Estenssoro dava para a aventura da reeleição era a busca de um *status quo*, com o objetivo de contentar os norte-americanos (como se seu único objetivo tivesse sido o impedimento de Lechín) e, ao mesmo tempo, obter margem para a reconstrução de uma autonomia mínima para o poder político. Os norte-americanos, porém, já haviam tomado a iniciativa das coisas e se moviam como donos do país. Esta gente, elementar e ao mesmo tempo poderosa, tinha nisso — na facilidade com que tomaram tudo para si — a chave de seus êxitos; mas também a de sua indefectível perdição. Nenhum sonho é tão absurdo quanto o do infinito poder. Tamayo, com o grande poder de seu espírito, havia escrito sobre eles: “não se é impunemente poderoso”.

Aqui é onde aparece a figura de René Barrientos²². Assim como os liberais haviam organizado o exército da oligarquia à maneira prussiana, marcan-

22. Eis aqui um retrato que pertence a outro trabalho meu, de Barrientos, fazendo notar o entrelaçamento dos oficiais, da oligarquia tradicional e do imperialismo:

Barrientos era um homem bem afeiçoado, de pele bronzeada e de uma estatura mediana, perto da alta; poderia dizer-se que era atlético, sem chegar a ser rude e até o fim de seus dias apareceu sempre com o ar particular de um oficial respeitador e bem-educado. Esta primeira impressão, todavia, logo se derrubava, em consequência de uma voz aguda, na qual se havia instalado um trejeito de seminarista, que era só uma parte de uma aura de indefensão que ele havia desenvolvido graças a sua astúcia, que era considerável, intuitiva mas também eficaz. Entusiasta partidário da roupa de estilo ianque, comprazia-se em levar o cabelo cortado bem rente como os aviadores norte-americanos, sendo aviador ele próprio e ademais treinado nos Estados Unidos. Era flagrante a órbita estreita onde se haviam refugiado seus olhos, que transmitiam um olhar mesquinho e como que aterrorizado. Mas esta labilidade geral, que ele aprendera a continuar tendo com um tratamento solicitante em relação aos outros, era absolutamente enganosa. No fundo era um homem resolutivo, a natureza o superdotou com uma selvagem audácia que contradizia aquela aparente falta de meios e, tremendo-lhe as mãos, acabava entretanto por levar a cabo empenhos pelo menos insólitos, como a destituição de Ovando no Palácio, que foi obra só sua, ou seu salto em pára-quadras, depois que dois homens haviam morrido antes usando os pára-quadras da mesma série. É evidente que o aspecto de sua coragem foi exagerado até o absurdo pelos que o promoveram, e nesta ordem de coisas tinha a conduta comum de um homem boliviano. Contudo, no fundo de sua personalidade residia uma essencial falta de capacidade para captar as proporções do mundo e de si mesmo: a realidade era-lhe um dado alheio e, a partir deste *quid*, compôs uma personalidade sem dúvida patológica. A cruel determinação com que usou do poder, muito além do que lhe pediam os ianques

do o *links-recht* e marchando com o passo do ganso, a revolução nacional reorganizou o exército com as armas norte-americanas, os uniformes norte-americanos, e, obviamente, a doutrina norte-americana. Já nas outras armas sobrevivia algo do Chaco e sua geração; na Força Aérea Boliviana, FAB, porém, posto que quase não havia existido antes, o ambiente era de uma norte-americanização total. O próprio Barrientos, que tinha a aparência de um oficial ianque, se ocupou em detalhes de explorar seus treinamentos. Ascendeu na Força Aérea e por volta de 1963, já comandante da arma, no mês de janeiro, davam-se as condições para que, numa recepção que se levou a cabo em Fort Myers, Virgínia, o general Curtis Le May, comandante da Força Aérea dos Estados Unidos, brindasse pela futura e inevitável presidência da Bolívia do general Barrientos. Barrientos voltou desta viagem com carta branca, a mesma que havia sido dada ao coronel Sanjinés Goitia. Esta personagem, filho de um general que se havia apoderado de Pillapi ao despojar os índios no tempo de Montes, havia tudo planejado para ser, a um só tempo, empregado do Ponto IV, vale dizer, da embaixada dos Estados Unidos, presidente da empresa editora *El Diario*, que expressava a opinião oligárquica remanescente, e nada menos que oficial em serviço ativo do exército. Barrientos era um homem intelectualmente insignificante e de uma personalidade que só adquiriu certa relevância brutal com o poder; naquele momento, fazia quase um culto de sua própria indefensão psicológica e isto servia para gratificar a Paz, que se comprazia em fazer sentir sua superioridade sobre o oficial. Mas Barrientos era dota-

ou quem quer que fosse, recordava, por contraste, o modo entre rastejante e aflito, a tão pouca dignidade com que, em seus momentos adversos, recebia, por exemplo, as interpelações pessoais de Paz Estenssoro, no período conspirador. A virilidade de seu gesto realmente não era muito impressionante. Mas aquela dubiedade tornava-se, ao fim e ao cabo, mais ou menos normal; não o é, porém, a tentativa de reconstruir o próprio passado, contra toda evidência, como quando disse que era doutor em economia, porque nesse momento espiçava Paz Estenssoro que era economista, ou que fora porta-bandeira do Colégio Militar, porque estava torturando Vázquez Semperregui, que o havia sido realmente, ou quando apresentava seu diário de combatente político, porque acabava de publicar-se o do Che Guevara. Não era uma cândida megalomania, como a de querer ser o morto no enterro ou a noiva no casamento, como disse em brincadeira certa vez Quiroga Santa Cruz. Era já uma personalidade que se via a um só tempo desdobrada e aterrorizada, que reagia ante o mundo, que lhe aparecia como um eterno inimigo, com um ódio, este sim, poderoso de um modo quase biológico, para com quem lhe fazia recordar um setor ou outro de suas inferioridades. Que nomeasse depois como ministros, ao mesmo tempo, seu irmão e seus dois cunhados, enquanto um de seus sogros era embaixador em Paris e o outro, cônsul em Antofagasta, ou que oficialmente se mostrasse, de acordo com a cidade, com suas duas esposas, tudo não parece mais que zombaria truculenta que Valle Inclán esquecera de dar ao Tirano Banderas. Mas teve, sim, o ímpeto de batizar seu helicóptero com o nome do cavalo de Melgarejo, porque de fato não lhe importava a opinião do país estupefacto. *Holofernes* se chamou, a partir de então, aquele helicóptero, presente da Gulf, que Barrientos amava tanto quanto Melgarejo seu cavalo. Em troca deste equino, Melgarejo acabou cedendo Ladário aos brasileiros, que lho haviam dado de presente, assim como o Gulf a máquina um século depois.

do de uma selvagem audácia; seu instinto o levava a seguir de um modo elementar e sem dubiedades os norte-americanos, e sua própria insensibilidade frente às coisas, fruto de sua infelicíssima vida pessoal, fazia-o agir com uma espécie de poderosa falta de escrúpulos frente a tudo o que acontecesse. Só o grau de destruição moral e de sistemática abolição da memória histórica no exército, somadas à mediatização do campesinado, à corrupção da pequena burguesia (que era a forma que tomou a acumulação capitalista) e à ruptura com a classe operária, podiam tornar possível a aparição de um tipo de personagem inferior como este. Mas aqui também se vê de que maneira, na história, o trato com a grandeza — que havia existido com a Revolução — não imuniza os sujeitos em relação à ação possível dos indivíduos elementares. Foram os serviços de inteligência norte-americanos que montaram as campanhas políticas de Barrientos, primeiro como vice-presidente de Paz, depois como chefe do golpe que derrubou o MNR, logo como co-presidente junto de Ovando, finalmente como ditador da Bolívia. Custou-lhes pouquíssimo trabalho, na verdade, organizar manifestações com o lumpem de La Paz ou utilizar o Plano de Ação Cívica para ir comprando um a um os dirigentes camponeses, que já estavam, ademais, comprados por quem quer que fosse.

XXIX. MISÉRIA CAMPONESA

Em todo caso, o regime de Barrientos se fundou no que se batizou como “pacto militar-camponês”, isto é, entre o setor menos politizado do movimen-

Sua história formal é menos interessante. É certo que teve um nascimento infeliz e que foi criada num orfanato de Tarata, povoado natal seu e também de Melgarejo, o que talvez explique, junto com outras causas, a veneração por aquele cavalo. A falta de vocações sacras fez com que seus protetores o induzissem a fazer-se padre e sua passagem pelo seminário lhe deixou algumas marcas menores — como sua voz —, mas seu destino não era ser bispo de Cochabamba, mas ditador da Bolívia. Se a lógica tem algum valor, teve de ser um estudante mui modesto e isso teve de confabular-se com sua pobreza para mudar seu destino e rumar para o Colégio Militar, onde suas condições de bom desportista e um mínimo de espírito militar foram suficientes para fazer uma carreira muito melhor. Teve uma confusa atuação na guerra civil de 1949 e foi militante ativo tanto do MNR quanto da FSB, mas o que se sabe com certeza é que foi co-piloto de Walter Lehm, no avião que trouxe Paz Estenssoro de Buenos Aires, em 15 de abril de 1952. Parece que, de fato, foi um dos que entraram primeiro no Palácio Quemado, após a dispersão do exército, naquele ano. Uma circunstância excepcional mudou sua vida inteira. Depois da reorganização do exército, Barrientos foi enviado, talvez por sua militância no MNR, primeiro à Itália e depois aos Estados Unidos, para treinar-se no manejo de aviões de combate. Seu instrutor foi o então tenente Edward Fox, o mesmo que recrutou Arguedas como agente da CIA, segundo o famoso testemunho, e sem dúvida um dos mais importantes integrantes da inteligência norte-americana no 4 de novembro. Fox tinha, oficialmente, as funções de adido de Força Aérea da embaixada, desde 1963. Barrientos acabou também fazendo amizade, durante esse treinamento, com o general Curtis Le May, que foi chefe da força aérea dos Estados Unidos no período a que nos referimos e depois candidato à vice-presidência atrás de Wallace, na fórmula fascistóide de 1968. Le May tinha opiniões tão

to democrático e o setor da burocracia estatal mais penetrado pelo imperialismo. Isso demonstra, sem dúvida, até que ponto os camponeses se haviam convertido no núcleo conservador do país, em sua qualidade de produtores independentes. É certo que Barrientos teve de dar um golpe de mão dentro do próprio exército para impor-se e que teve de surpreender, conspirando, a própria corrente ovandista, que continha outras tradições. Em todo caso, pela via da reforma agrária, vinte anos depois, cada parcela se converteu numa sorte de fortaleza onde se defendia a revolução tal como era, isto é, como revolução burguesa, e não se pode negar que estes homens defendiam, dessa maneira, o principal de tudo o que havia ocorrido, que consistia em que o que tinha de ocorrer devia ocorrer pela primeira vez com eles dentro da história.

Vinha a praticar-se o que havia sucedido em tantas partes do mundo antes: a constituição de um vasto setor pequeno-burguês no campo, isto é, de um setor de produtores independentes e concorrentes ao mercado torna-se favorável ao capitalismo. Embora o modo de produção que compõem não seja viável por si mesmo, proporciona, entretanto, um setor industrial de reserva auto-sustentado, base social para um projeto que não é o seu e também, por último, o que era fundamental então, proporciona estabilidade política. Mas isso não pode durar mais que a própria propriedade independente; ninguém pode evitar, de fato, que, em seu seio, se produza um processo de acumulação e de diferenciação de classes. A dissolução da propriedade independente é o que deve gerar a aliança com os operários e então o papel do campesinado se torna ou-

suculentas quanto a de que os comunistas tinham usado a fluorização da água para diminuir a potência sexual dos norte-americanos. Era, além disso, pelo uso imediato de armas atômicas no Vietnã. Com tal oligofrênico auspício, Barrientos foi cuidadoso em assimilar-se ao modo de vida americano, para o qual favorecia seu aspecto físico e diz-se que uma gringa, mulher de um dos chefes do campo, disse numa festa, para falar bem dele, “que parecia americano”, o que motivou alguns sorrisos latino-americanos.

Uma inexplicável campanha de promoção de Barrientos se desatou tanto nos periódicos locais como na própria imprensa norte-americana. Drew Pearson escreveu longos artigos sobre sua coragem, e o *Time* chamou-o “o Steve Canyon dos Andes”; mas a chave de sua súbita e incontível aparição política foi o plano militar chamado de Ação Cívica, que foi financiado pelo governo dos Estados Unidos a partir de 1960. “Em 1960, numa conferência de chefes de força aérea realizada em Buenos Aires sob os auspícios da Força Aérea dos Estados Unidos, ele (Barrientos) foi um dos primeiros chefes das forças aéreas latino-americanas a respaldar a idéia de uma Ação Cívica”, escreveu Brill. Normalmente, os norte-americanos usavam sua ajuda ou as derivações de sua ajuda com um sentido imperialista: não só no geral, como a estabilização monetária, sobre a qual resta pouco a dizer, mas também no específico, quando, com torpes empréstimos embaraçosos, tratavam de obrigar o país a monopolizar seu comércio no sentido norte-americano, ou quando obrigavam à contratação de empresas norte-americanas para as construções de estradas ou para a provisão de equipamentos, como no Plano Triangular. Os fundos de contrapartida da ajuda em alimentos, embora servissem para uma campanha contra o MNR, resultaram na verdade num considerável fortalecimento da burguesia comercial local, mas o Plano de Ação Cívica, que sequer se deu o trabalho de mudar de nome quando se fazia usar num ou noutro país, consistiu por seu turno

tra vez um papel revolucionário, porque aqui falamos já do explorado assalariado da terra etc. Mas o que vemos agora, no momento de Barrientos, é a miséria do explorado. É o explorado que é a base do poder dos exploradores; a burguesia jamais teria podido realizar sua acumulação em condições de paz política se não existisse aquele amplo setor dos pequenos produtores que, ainda que explorados pela via do mercado, todavia se sentiam contentes com o que tinham. Esta casta, a da classe dominante ressurrecta em sua forma burguesa, que os havia amaldiçoado mil vezes, que os amaldiçoava agora com os olhos e as mãos, tinha que, não obstante — à falta de vitalidade próprias —, suportar um homem nascido da ressaca da vida do povo, como Barrientos, para personificar seu novo poder formado na luta contra os operários e se via obrigada a adular aqueles mesmos que ela irritava com seu ser inteiro. A composição da psicologia de Barrientos, que era sem dúvida a de um rancor geral contra a vida; Henderson, pressionando para a entrada dos militares nos distritos mineiros; Barrientos, o eleito de Le May, vestindo uniforme de *paratrooper* para a “expedição” contra os mineiros... tudo, enfim, está dizendo por si só quem são os donos da nação nesta hora.

XXX. A CORRUPÇÃO CONSIDERADA COMO MEDIAÇÃO ESTATAL

Num momento o imperialismo norte-americano tinha tido — com Paz Estenssoro, com Siles Zuazo — de trabalhar com o nacionalismo em sua fase clau-

numa penetração concreta no exército, longe do assessoramento militar, assim como, ao mesmo tempo, numa maneira de penetrar *com* o exército, no que Abril não lhe havia deixado senão uma vaga oportunidade, nos setores mais atrasados e difusos da Revolução, que eram os camponeses. Abandonado quase imediatamente após a tomada do poder pelos militares, o Plano de Ação Cívica serviu, todavia, para construir talvez uma dezena de escolinhas, alguns encanamentos de água nos povoados maiores e a estrondosa espécie da liderança camponesa de Barrientos, que morreu repartindo somas pequenas de dinheiro a comarcas miseráveis e a quem bastou comprar alguns dirigentes e prometer pequenas obras públicas aldeãs para anunciar-se como o emissário das massas sem chefe do campo, arapuca que foi outro dos grandes espetáculos daquela propaganda desatada.

O programa foi encomendado ao coronel Julio Sanjinés Goitia, em sua qualidade de empregado do USAID (Ponto IV), que se havia refugiado na burocracia da embaixada americana para proteger-se das perseguições da Revolução e que, nessa condição, chegou a dispor de fundos com uma simples assinatura sua. Sanjinés Goitia se parecia com Deus, que está em toda parte. Era diretor do Plano de Ação Cívica e, por isso, funcionário oficial da embaixada norte-americana. Embora tivesse dado baixa, aquela situação não lhe impediu de ser reincorporado ao exército e gozar do status de oficial no serviço ativo, graças ao fato de que tinha um cargo importante na Escola Militar de Engenharia; finalmente, quando o processo amadureceu o bastante, foi designado presidente do diretório de *El Diario*, o periódico mais importante da Bolívia, que de pronto concordou que ambos eram familiarmente de origem liberal. Este Sanjinés Goitia era uma sorte de puro-sangue da oligarquia, mas sua posição superior dentro da sociedade boliviana não remontava mais que ao tempo em que se despojaram grandemente os índios de suas terras, ao tempo de Montes, como ademais toda a oligarquia, que só excepcionalmente retrocede em suas genealogias muito

dicante. Mas agora tinha seu próprio agente no poder. Pois bem, com o fundamento dado pelo pacto militar-camponês, cuja *conditio sine qua non* era o esmagamento do movimento operário, o imperialismo realiza, mediante Barrientos, seu plano, que consistia na ocupação de todos os setores estratégicos da economia e em acelerar, já sem obstáculo algum, a acumulação burguesa nos setores não centrais, especialmente na região de Santa Cruz e da mineração média. Não obstante, isso mesmo vem acompanhado de certas mudanças qualitativas no manejo do Estado. Ao mesmo tempo em que se tenta, com as matanças, a dissolução política da classe operária (fato possível, por enquanto, porque havia ficado isolada, por causa do conformismo camponês e porque a pequena burguesia urbana se havia tornado conservadora), Barrientos provoca o deslocamento dos setores que podemos chamar estatistas tanto da burocracia civil como da militar. A princípio, podia dizer-se que, com Barrientos, o aparato estatal simplesmente passava das mãos da burocracia civil (o MNR) para as mãos da burocracia militar e isso é, de fato, o que representou a difusa fase do co-governo Ovando-Barrientos. Mas onde primeiro penetrou a ideologia do imperialismo e seu sistema de segurança foi no exército. Por isso, ainda que nas aparências ambas as personagens contivessem o mesmo, o tempo ia, contudo, dar a cada uma um diferente perfil. Enquanto Barrientos vive e morre como um puro agente de penetração norte-americana e jamais faz algo que contradiga aos planos norte-americanos no país, Ovando representa já aquilo que Hegel chamava uma consciência desafortunada. Vamos ver em seu momento por quê. Em todo caso, parece evidente que o projeto norte-americano para a Bolívia consistia em suprimir seus focos de independência classista ou democracia política, como os mineiros e a esquerda como tal, e construir uma ditadura à maneira das de Trujillo, Somoza ou Ströessner. Barrientos, de fato, comprometeu em grande escala o exército e seus sequazes em atos de corrupção naquilo que não podia interpretar-se senão como o uso da corrupção cons-

antes de Melgarejo, que fez o mesmo que Montes. São famosas as instruções de Montes que falavam que “os disparos se farão sempre sobre alvo seguro”, operação militar com a qual acabou dono da península de Taraco e o general Sanjinés, pai de Julio, dono de um latifúndio em Pillapi, bem perto de Taraco. Naturalmente, Sanjinés Goitia perdeu suas terras na reforma agrária de 1953. Despojado do uso de suas condecorações militares e convertido em algo assim como réprobo não convidado à grande festa da plebe, Sanjinés, que compartilhava a pobreza cultural de toda aquela classe alta amancebada pela ideologia do “Colégio Alemão”, que até o último momento, como prova de seus *esprit*, não atinava em oferecer outra coisa além de largos tragos acompanhando a festa das marchas prussianas, era todavia um homem melhor dotado e, sem dúvida, uma inteligência melhor organizada que a de Barrientos, que não valia um níquel. Não em vão, segundo recorda o clássico do golpe de Estado, o político francês dizia que não gostava das “baionetas inteligentes”. Assim como *El Diario* recordaria urgentemente o liberalismo do seu papai, Sanjinés na hora de sua desventura geral, privado a um só tempo de terras e de uniformes, trouxe à mente a lembrança de seus dias em West Point. Um magnata à procura de trabalho o encontrou — e também um destino — na embaixada norte-americana, para a qual se tornou um homem preciosíssimo.

tituída numa forma de mediação estatal. Alguém pode muito bem perguntar quando é eficaz a corrupção e quando não o é. Em princípio, dir-se-ia que a corrupção é eficaz na medida em que não contraria a tendência estrutural do processo histórico e que, sim, a completa. É como a demagogia ou como a própria repressão; são válidas na medida em que não violam as leis tendenciais da história. Isto é o que pode explicar por que a tortura, por exemplo, pode ter certos êxitos pelo menos temporários em alguns países do continente e não os teve no Vietnã e em Angola. Ou seja, o que importa em último termo é o quadro ou contorno social da corrupção, da demagogia ou da tortura. Os norte-americanos, porém, no que é uma verdadeira concepção estatal, costumam dar um caráter de universalidade relativa à questão do método (repressivo ou ideológico) e é o que tentaram fazer também na Bolívia. Seu raciocínio era simples: é um pequeno e atrasado país no qual nunca existiu ninguém capaz de utilizar com eficiência a função estatal. Isto é resultado do atraso e da estrutura, que conduzem somente a profundidades que não interessam; deve-se trabalhar com a funcionalidade das coisas e não com sua causalidade estrutural. É um esquema que tratarão de repetir com Bánzer. O aparato de controle e inteligência se modernizou, de fato, e passou às mãos de agentes diretos dos organismos norte-americanos, agentes bem treinados, não importa se bolivianos ou não. Por meio de Barrientos, agente ele mesmo, estendeu-se a cilada aos altos oficiais e também a todos quantos tivessem alguma compreensão da corrupção, que aqui não mais funcionava como mera atração folclórica de país subdesenvolvido. A gravidade dos atos de corrupção é o que conduziu à série de assassinatos de encobrimento que se seguiram em tempo de Ovando até encurralá-lo, como recordando um compromisso de poder que só teria podido ser dissolvido pela convocação das massas, que Ovando não estava interessado em realizar. Nessas condições, Barrientos estava habilitado para dar seu próprio golpe de mão a fim de concentrar o poder em sua volta e, por isso, por volta de 1966 digamos, o país parecia estar em suas mãos. É a mesma época em que se prepara a guerrilha de Ñancahuasu.

XXXI. ÑANCAHUASU

As incidências mesmas deste episódio são demasiadamente conhecidas para que valha a pena repeti-las aqui. Se o movimento operário, não importa se ainda lechista ou não, último baluarte das conquistas de 1952, tinha sido arrasado com as matanças de 1965; se o partido populista (o MNR) se via condenado à dispersão que era natural depois da dissipação que tinha feito do seu poder; se o campesinado se mostrava receptivo à mediação reacionária que fazia Barrientos sobre ele; por conseguinte, parecia lógico tentar romper pela força uma clausura que se havia estabelecido pela força. Podia-se pensar que havia chegado o momento de sintetizar a corrente revolucionária continental, gerada

pela Revolução Cubana, e a tradição revolucionária local, fatores que, pelo menos à primeira vista, deviam ser coincidentes. Apesar do tempo transcorrido desde então, não se conhece qual era a visão das coisas que o movimento guerrilheiro tinha nem qual a estratégia que se fixava. Em princípio, como se tem dito, tratava-se de um projeto continental, mas isso mesmo não pode haver sido pensado em termos tão simples que implicariam a omissão do processo de intensa diferenciação que tinham vivido os países, seu ritmo desigual. É muito mais factível supor que se partia da idéia de que o processo revolucionário estava subjetivamente intacto nas massas, embora traído no grosso de seu fruto político no poder. Isso significava que se o MNR, movimento inorgânico e difuso, tinha podido enfrentar com êxito o exército — na guerra civil de 1949, na insurreição de 1952 —, não havia razão alguma para que não o pudesse fazer também, com muito mais possibilidades, uma guerrilha, superior ao MNR no militar e no ideológico.

Lenin gostava de recordar um aforismo de Napoleão, que diz: *On s'engage et puis on voit**, sem dúvida para lembrar que a tática é uma arte, enquanto é uma síntese que não admite comprovação *ex ante*. Mas Lenin o fazia depois de ter escrito *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, com um partido que era a efetiva vanguarda da classe operária e que tinha um programa não só para sua própria classe mas para todas as demais.

A definição do objetivo militar da guerrilha é sempre nebulosa. Se nos ativermos, por exemplo, ao testemunho de Debray, que, além de tudo, esteve lá, não avançaremos muito. “O Che — escreve — não pensava na Bolívia senão como uma plataforma de partida para o Peru”; “a estratégia do Che não tinha a Bolívia como alvo. Sequer como objetivo primeiro”; “não tinha como objetivo imediato a tomada do poder, mas a construção prévia de um poder popular materializado por seu instrumento de ação, uma força militar autônoma e móvel”; “o foco boliviano funcionaria então como um centro de adesamento militar e de coordenação política das diversas organizações revolucionárias nacionais da América Latina”; “transformar ulteriormente a Bolívia numa vasta base de retaguarda”; “a proximidade (ou a aparência geográfica da proximidade) da fronteira argentina era, decerto, um atrativo poderoso para o Che, vantagem que as outras zonas consideradas não ofereciam”; por outro lado, “a Bolívia é um país onde se dão favoráveis condições objetivas e subjetivas, o único país da América do Sul onde a revolução socialista está na ordem do dia”²³.

* Primeiro entra-se na luta para depois ver o que se deve fazer (N. do T).

23. DEBRAY, *La guerrilla del Che*, México, XXI, pp. 38, 69-70, 75, 82, 84 e 89. Um livro sem dúvida mais útil para conhecermos as caraminholas da cabeça de Debray que para sabermos da guerrilha do Che.

A soma dessas assertivas é incoerente. Se a estratégia não contempla a Bolívia sequer como “objetivo primeiro”, não se sabe o que se foi fazer ali; é óbvio que se trata do país pior colocado para servir de retaguarda a alguém e, se se pensasse como Debray o diz, ter-se-ia tratado do campo de adestramento mais perigoso do mundo. Por outro lado, nem o Peru nem a Argentina estavam tão próximos a ponto de se chegar a eles sem vencer uma geografia brutal e o exército inteiro. Finalmente, não se pode entender por que não havia interesse em tomar o poder, já que todas as condições objetivas e subjetivas estavam dadas para a revolução socialista. Isso é absurdo. A análise do país como tal, do Estado construído em 1952, das classes sociais em seu momento específico e do próprio aparato repressivo era sem dúvida falsa desde o princípio, quer nos atenhamos ao que diz Debray, quer à própria prática política da guerrilha. A Bolívia, desde cedo, não tinha condições objetivas nem subjetivas para encarar nesse momento a revolução socialista; tudo ao contrário: vivia as conseqüências de sua revolução burguesa. No que é aparente, a guerrilha esperava um apoio espontâneo das massas, seja pelas tradições espontaneístas das massas bolivianas, seja porque, num ato de supressão que é quase psicológico, pensava que a defecção do MNR implicava ao mesmo tempo que a revolução democrático-burguesa jamais tinha existido. Supor, por outro lado, que o Estado boliviano era no objetivo o que Barrientos era no subjetivo era uma loucura. Nos fatos, a classe operária (embora tenha chegado a dar seu apoio relativo à guerrilha, como ato de luta contra a ditadura) lutava para sair do sindicalismo rumo ao partido operário e do espontaneísmo rumo à luta organizada de massas; o campesinado não só era uma classe tranqüila, isto é, aquela na qual se reuniam suas aspirações e suas conquistas, mas também era, a seu modo, uma classe organizada, embora sua organização a colocasse em conexão direta com o Estado, e seus dirigentes agissem como funcionários ou mediadores, fato possível somente por seu conformismo essencial; o rechaço do *status* político gerado em 1952 por parte da pequena burguesia, por último, não só não era um antecedente da guerrilha como também ia ser apenas sua conseqüência posterior e somente em alguns setores. O exército, por outro lado, não era o exército da oligarquia; era um exército modernizado em sua qualidade e até em sua eficiência, enquanto que o anterior, o que havia sido vencido pelo MNR, só foi eliminado depois da destruição ideológica do Estado ao qual correspondia. Isto é o que explica por que as deserções são tão ocasionais, por que funciona em geral com tanto êxito a linha de sua autoridade, tanto agora quanto na batalha de 21 de agosto de 1971.

Contudo, a história posterior tem demonstrado que os fatores poderiam não ser tão negativos caso a guerrilha tivesse conseguido sobreviver. Se se relaciona a história de Nancahuasu, por exemplo, com a crise de 1971, nota-se o papel da guerrilha quanto à elaboração subjetiva dessa crise e também em seu rebote objetivo, isto é, obtendo aspectos que não havia pretendido. Se se con-

vém, ademais (embora isto seja objeto de outra discussão), que o próprio Estado de 1952 tende a uma crise estrutural, é indubitável que o papel da guerrilha pode ter sido muito maior. Os setores progressistas do exército, por exemplo, que depois saíram à luz com os governos de Ovando e Torres estavam lá, ao menos potencialmente; a pequena burguesia demonstrou posteriormente sua tendência à radicalização, ainda que uma radicalização deformada pela própria guerrilha, absolutizada por esta como método; a classe operária teve um despertar poderoso que se traduziu na Assembléia Popular, em 1971. Mas a guerrilha, sem uma base social previamente constituída, com a omissão de todos os princípios marxistas sobre a classe e o partido, sem canais de comunicação com a população real, isto é, canais que fossem eficientes para a política, teve de lançar-se de maneira precoce a uma ofensiva que se converteu de imediato numa desesperada defensiva sem margem de recuo. Os mesmos que quiseram construir uma retaguarda continental não dispunham aqui da retaguarda mais elementar. Autênticos heróis da luta social, seu sacrifício, sem dúvida cheio de grandeza, abriu as portas ao sujeito verdadeiro da revolução, que é a classe operária; neste sentido, pode-se dizer que a experiência pertence a esse tipo de fracassos táticos que, não obstante, são decisivos para habilitar a construção de uma estratégia correta da classe.

XXXII. O SISTEMA DE MAIO

Barrientos aparecia então como um vencedor indiscutível. O imperialismo norte-americano, no prosseguimento de seu plano, tentou construir uma lenda em torno de sua figura. A revista *Time* chamou-o “Steve Canyon dos Andes”, e Barrientos, já a bordo de uma euforia total, batizou o helicóptero que recebeu de presente da Gulf com o nome do cavalo de Melgarejo, o tirano que assassinou Belzu²⁴; não contente com presentear uma de suas esposas legais em La Paz e outra em Cochabamba, acabou por casar-se com uma terceira. São as próprias investigações do Senado norte-americano que demonstraram o papel de Barrientos nesta época, quanto às doações das empresas norte-americanas.

A destruição do projeto de Barrientos começou, porém, com a discussão acerca das matérias-primas, numa tática que foi proposta à esquerda por Sergio Almaraz, que tinha sido fundador do PCB e depois militante da esquerda do MNR. O debate se localizou em torno da questão do gás. Barrientos, após os subornos da Gulf, tinha reinterpretado o Código do Petróleo aprovado pelo MNR no sentido de que também compreendia o gás, além dos hidrocarbonetos líquidos. A partir do gás, porém, debateu-se tudo aquilo que Almaraz chamou o “sistema de maio”, ou seja, o conjunto de entregas dos recursos naturais do país e escreveu seu magnífico livro, só impresso depois de sua morte,

24. Mariano Melgarejo (1820-1871), o maior caudilho popular do século XIX boliviano.

Réquiem para uma República. Isto penetrou profundamente no exército, que tinha ficado desconcertado com seu próprio triunfo sobre as guerrilhas e que não podia viver senão com sofrimento a hostilidade coletiva conseqüente às matanças de mineiros e guerrilheiros. A figura central desta recomposição de forças foi o general Alfredo Ovando.

O próprio Ovando estava ameaçado pela expansão da figura de Barrientos, tão premeditada pelo imperialismo. Era sem dúvida um chefe muito mais natural dos oficiais e tinha conseguido combinar um certo institucionalismo pré-revolucionário com sua primazia dentro do novo exército. Barrientos organizou grupos paramilitares (que se reproduziriam depois no continente) e preparou uma noite de São Bartolomeu antiesquerdista. Com o pretexto de um atentado contra ele, planejava-se o assassinato de uns 300 dirigentes populares, que devia acontecer em 1º de maio de 1969. Isso era, sem dúvida, congruente com o plano da construção da ditadura de Barrientos. Contudo, existisse ou não o projeto (há provas de que existiu), o regime terminou de modo abrupto — com a queda de seu helicóptero — com a morte de Barrientos, dias antes daquela data. A discussão acerca de se se tratou ou não de um complô ou de acidente é interminável. É estranho que não se fizesse autópsia do cadáver nem que os juízes levantassem no sítio as circunstâncias do suposto acidente. Mas é evidente que isso coincidiu com a concentração do poder em mãos de Barrientos em seu grau mais alto e que aquela lista macabra começava com os oficiais que considerava seus rivais reais ou potenciais, Ovando entre outros.

XXXIII. OVANDO, O BONAPARTISTA

Era Ovando um militar inteligente, fraco e astuto. Sua história mesma é contraditória: participou no que era uma verdadeira conspiração para a reorganização do exército, mas, ao mesmo tempo, foi a cabeça do setor militar interior no poder do MNR; foi parte da repressão antioperária e antiguerrilheira do tempo de Barrientos, inclusive daquele ato atroz que foi o massacre de San Juan e, sem dúvida, aceitou ou foi parte da corrupção como sistema de Estado. Mas junto com tudo isso, preparou uma conspiração nacionalista. O golpe de Estado que levou a cabo com a cumplicidade de um setor de intelectuais da pequena burguesia nacionalista foi um exemplo da certeza com que Ovando se movia dentro da nova situação. O segredo e a maneira expeditiva com que levou a cabo a nacionalização da Gulf se parece com a maneira como Nasser conduziu a nacionalização do Canal de Suez e mostra o temperamento e raciocínio de um bom militar. Ovando burlou os norte-americanos nas mesmas horas em que eles haviam penetrado até o último interstício do país. Contudo, Ovando pensava que a nacionalização da Gulf, que sem dúvida contou com o respaldo unânime do país, já lhe dava a base política para a constituição de um regime de feição bonapartista que, sob seu comando, contivesse uma alian-

ça entre os oficiais e intelectuais racionalistas sem admitir a autonomia das massas. Era uma verdadeira reivindicação da fase culminante do poder do MNR e é o que explica que se aprisionasse Lechín quase ao mesmo tempo em que se nacionalizava a Gulf. A classe operária, porém, não pediu licença a Ovando para impor sua legalidade e, pelo contrário, obrigou-o a optar entre reprimi-la e aceitá-la. Ovando, que jamais desmontou o aparelho barrientista nem a presença norte-americana no controle da inteligência do país, deixou estarem as massas; mas os setores reacionários dentro do próprio exército foram encurralando-o, em grande parte porque o passado de Ovando tinha coisas demais a ver com eles e eles sabiam coisas demais sobre Ovando, suficientes para que ele os temesse. É por isso que seu governo assume um caráter tão contraditório, a um só tempo de atos antiimperialistas com a nacionalização do petróleo, de abertura política e encobrimento de uma longa série de assassinatos vinculados à história da corrupção em tempo de Barrientos, assim como de uma manobra premeditada dos guerrilheiros que haviam iniciado ações na região de Teoponte.

Estas pressões se concretizaram na conspiração que tentou pôr no poder o general Miranda, no comando de um triunvirato de posições ultra-reacionárias. Mas o próprio esforço demonstrou aonde haviam chegado as coisas no tocante à acumulação de consciência no seio da classe operária. Ovando se asilou na embaixada argentina, no que configurava quase como um ato de cumplicidade com o golpe. Os operários, porém, convocaram a greve geral e Juan José Torres, o principal dos oficiais progressistas, se apresentou na base aérea da El Alto, a partir da qual anunciou sua decisão de resistir a Miranda. A combinação entre ambos os fatores mostrou-se decisiva e Torres tornou-se presidente da Bolívia. Chamou os operários a participarem do gabinete da mesma forma como haviam feito no tempo do MNR, ou seja, com parte dos ministros. A classe operária, porém, ao mesmo tempo que tornou possível o triunfo da fração progressista do exército, preferiu organizar-se com autonomia no chamado Comando Político da Classe Operária, que pouco depois se converteu na Assembléia Popular, sob sua hegemonia. Qualquer que fosse o grau de coincidências ocasionais com os setores democráticos do Estado burguês, a classe operária era agora consciente de que seu dever era organizar sua própria autonomia de classe e de que a única democracia verdadeira na nova situação devia consistir em dar-lhe o direito de organizar seus próprios órgãos de poder. A capacidade de possibilitar o triunfo de um contragolpe sem participar no golpismo, isto é, de assumir o modo local de mudança política e, ao mesmo tempo, de desenvolver suas próprias formas de luta, mas agora muito mais além de todo modelo espontaneísta, demonstrava uma fase superior na formação do proletariado. É nessas condições que se chegou à crise estatal de 1971.

BIBLIOGRAFIA

- ALMARAZ PAZ, Sergio, *El poder y la caída; el estaño en la historia de Bolivia*, Cochabamba, Ed. Los Amigos del libro, 1967.
- , *Petróleo en Bolivia*, La Paz, Ed. Juventud, 1958.
- , *Réquiem para una República*, La Paz, Ed. UMSA, 1969.
- ANTEZANA, Luis, *Historia de los sindicatos campesinos en Bolivia, 1936-1960*, La Paz, mimeog., 1973.
- ÁVILA, Federico, *El problema de la unidad nacional, del caudillismo bárbaro a la restauración nacionalista*, La Paz, Ed. Universo, 1939.
- , *El drama de la sangre*, La Paz, Impresora Artística, 1944.
- AYALA, Alfredo, *Historia de Bolivia*, La Paz, Ed. Gisbert, 1969.
- AYALA MERCADO, Ernesto, *Defensa de la revolución de abril*, La Paz, Ediciones Nueva Era, 1961.
- , *Qué es la revolución boliviana?*, La Paz, Ed. Burillo, 1956.
- BARCELLI, Agustín, *Medio siglo de luchas sindicales en Bolivia, 1905-1955*, La Paz, Ed. del Estado, 1957.
- BEDREGAL, Guillermo, *La revolución boliviana. Sus realidades y perspectivas dentro del ciclo de liberación de los pueblos latinoamericanos*, La Paz, Dirección General de Informaciones de la Presidencia de la República, 1962.
- , *Los militares en Bolivia*, La Paz, Ed. Los Amigos del libro, 1964.
- , *Monopolios contra países pobres. La crisis mundial del estaño*, México, Siglo XXI, 1967.
- BURKE, Melvis, *Estudios críticos sobre la economía boliviana*, La Paz, Ed. Los Amigos del Libro, 1973.
- CAMACHO, José María, *Compendio de la historia de Bolivia*, La Paz, Lakermance Hermanos, Editorial, 1917.
- CANELAS, Amado, *Historia de una frustración: la nacionalización de las minas en Bolivia*, La Paz, Ed. Los Amigos del Libro, 1963.
- , *Radiografía de la alianza para el atraso*, La Paz, Ed. Los Amigos del Libro, 1963.
- CÉSPEDES, Augusto, *El dictador suicida. Cuarenta años de historia de Bolivia*, La Paz, Editorial Juventud, 1968.
- , *El presidente colgado Historia boliviana*, Buenos Aires, Ed. Jorge Álvarez, 1966.
- CORNEJO, Alfredo, et al., *Programas políticos*, Cochabamba, s/e, 1955.
- DANDLER, Jorge, *El sindicalismo campesino en Bolivia: cambios estructurales en Uncureña, 1935-1952*, México, Instituto Indigenista Interamericano, 1969.
- EGUINO ZABALLA, Félix, *Sinopsis de la historia de Bolivia*, La Paz, edición privada do autor, s/d.
- FELLMAN VELARDE, José, *Historia de Bolivia*, Cochabamba, Ed. Los Amigos del Libro, 1970, 3 vols.
- FINOT, Enrique, *Nueva historia de Bolivia, ensayos de interpretación*, La Paz, Ed. Gisbert, 1954.
- GARCÍA, Antonio, "La reforma agraria y el desarrollo social de Bolivia", in *Trimestre Económico*, México, vol. XXXI, n.º 123, 1964.
- , *El sindicalismo en la experiencia boliviana de nacionalización y desarrollo*, Santiago do Chile, Ed. Jura, 1969.
- GALEANO, Eduardo, *Siete ensayos sobre Bolivia*, Caracas, Fondo Editorial Salvador de la Plaza, 1971.
- GISBERT, T. y MEZA, J. de, *Manual de historia de Bolivia*, La Paz, Ed. Gisbert, 1958.
- GUZMÁN GALARZA, Mario V., "La lucha por la liberación nacional en Bolivia. Ensayo de interpretación", *Cuadernos Americanos*, México, n.º 6, 1968.
- JACKSON EDER, George, *Inflation and development in Latin America: A case history of inflation and stabilization in Bolivia*, Michigan, Michigan University Press, 1968.

Considerações gerais sobre a história da Bolívia (1932-1971)

- KLEIN, Herbert S., *Parties and political change in Bolivia*, Estados Unidos, Cambridge University Press, 1969.
- LORA, Guillermo, *Documentos políticos de Bolivia*, La Paz, Ed. Los Amigos del Libro, 1970.
- , *Historia del movimiento obrero boliviano*, La Paz, Ed. Los Amigos del Libro, 1967, 3 vols.
- , *La revolución boliviana*, La Paz, Ed. Difusión, 1963.
- , *De la Asamblea Popular al golpe del 21 de agosto*, Santiago do Chile, Ed. OMR, 1972.
- MALLOY, James, *The incompleted revolution*, Pittsburgh, Pittsburgh University Press, 1970.
- MARÍN, Carlos, *Bolivia: una revolución traicionada*, La Paz, mimeog., 1972.
- MENDOZA, Jaime, *El ideal pacifista. Líneas adicionales al libro "La Tragedia del Chaco"*, Sucre, Imprenta La Glorieta, 1933.
- Ministério do Planejamento, "Estrategia socioeconómica del desarrollo nacional", in James Petras (org.), *América Latina: economía y política*, Buenos Aires, Ed. Periferia, 1972.
- MONTENEGRO, Carlos, *Nacionalismo y coloniaje. Su expresión histórica en la prensa boliviana*, La Paz, Ediciones Autonomía, 1945.
- , *Proceso y sentencia contra la oligarquía*, Buenos Aires, mimeog., 1948.
- MORALES, José Agustín, *Los primeros cien años de la República boliviana*, La Paz, Ed. Neglia & Edelman, 1925.
- NAVARRO, Gustavo Adolfo, *La tragedia del Altiplano*, Buenos Aires, Ed. Claridad, 1925.
- PANDO MONJE, Mario, *Los movimientistas en el poder: la revolución boliviana, sus grandezas y frustraciones*, La Paz, Ed. Siglo, 1969.
- PAZ ESTENSSORO, Víctor, *Bolivia. El pensamiento económico latinoamericano*, México, FCE, 1945.
- PEÑALOZA, Luis, *Historia del movimiento nacionalista revolucionario*, La Paz, Ed. Juventud, 1952.
- , *Historia económica de Bolivia*, La Paz, Ed. Fénix, 1954, 2 vols.
- QUEREJAZU, Roberto, *Masamaclay: historia política, diplomática y militar de la guerra del Chaco*, La Paz, Editorial Burillo, 1955.
- ROLÓN ANAYA, Mario, *Política y partidos en Bolivia*, La Paz, Editorial Juventud, 1966.
- RUIZ GONZÁLEZ, Raúl, *Bolivia; el Prometeo de los Andes*, Buenos Aires, Ed. Platina, 1961.
- URQUIDI, Arturo, *El feudalismo en América y la reforma agraria en Bolivia*, Cochabamba, Ed. Los Amigos del Libro, 1966.
- VÁZQUEZ MACHICADO, Humberto, *La leyenda negra boliviana, la calumnia de la borradura del mapa*, La Paz, Ed. UMSA, 1955.
- , *Manual de historia de Bolivia*, La Paz, Ed. Gisbert, 1958.
- VIDAURRE, Enrique, *Potosí, cuartel general de los guerrilleros de la Independencia*, La Paz, Ed. UMSA, 1953.
- WHITELEAD, Lawrence, *The United States and Bolivia: a case of neocolonialism*, Londres, 1969.
- ZAVALETA MERCADO, René, *Bolivia el desarrollo de la conciencia nacional*, Montevideu, Ed. Estrategia, 1970.
- , "Por qué cayó Bolivia en manos del fascismo", *Revista Punto Final*, Santiago, 1970.
- , *La revolución boliviana y la cuestión del poder*, La Paz, Dirección General de Informaciones, 1961.
- , *El poder dual*, México, Siglo XXI, 1974.

Impresso por



Linha Gráfica
Editora Ltda.

SIG Q R LOTES 2327-33 CEP 70610-115 TELS. 224 7706-224 7704 7704 7708 BRASÍLIA DF



COLEÇÃO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

A Coleção Pensamento **Latino-americano e Caribenho** foi criada com o objetivo de apresentar ensaios de natureza política, econômica, social, cultural, filosófica ou literária da América Latina e do Caribe, na visão de historiadores dessa região. Sem perder de vista a perspectiva histórica, na coleção é analisada a situação atual desses povos, em particular o processo de colonização havido e, sobretudo, o processo de dominação existente. Integra a Coleção **Pensamento Latino-americano e Caribenho** a Série **América Latina: história de meio Século**, assim composta:

VOLUMES JÁ EDITADOS

VOLUME 1

- Argentina
- Brasil
- Chile
- Paraguai
- Uruguai

VOLUME 2

- Bolívia
- Colômbia
- Equador
- Peru
- Venezuela

Nos próximos volumes estudos sobre:

- El Salvador
 - Nicarágua
 - Costa Rica
 - Panamá
 - México
 - Guatemala
 - Honduras
 - Cuba
 - República Dominicana
 - Haiti
 - Porto Rico
-

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO



2

BOLÍVIA
COLÔMBIA
EQUADOR
PERU
VENEZUELA

“A guerra era desde cedo inevitável. Por que os dois países mais pobres da região tinham de se lançar a uma tal aventura? Talvez porque supunham que o único que lhes restava era sua honra. A negociação era o único que pedia a lógica, mas não eram lógicos os homens que deveriam pensar na negociação. A diplomacia teria sido possível, mas somente se se tratasse de países não-submetidos a semelhantes pressões emocionais, acumuladas e jamais racionalizadas.” Esta é uma faceta da situação do início dos anos 20 enfrentada pela Bolívia que é analisada no presente volume. A obra contém ainda estudos sobre os 50 anos (de 1925 a 1975) dos demais países que formam o grupo andino (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

FLÁVIO CASTRO

ISBN: 85-230-0257-X